

Tema de Capa:

Património e Espectáculo

Ficha Técnica



Reconhecida pelo Ministério da Cultura como publicação de manifesto interesse cultural, ao abrigo da Lei do Mecenato.

Nº 33 Janeiro/ Fevereiro/ Março 2007

Propriedade e edição:

GECoRPA Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

NIPC: 503 980 820

Director: Vítor Coías

Coordenação: Joana Gil Morão / Teresa de Campos Coelho

Conselho redactorial: João Appleton,

João Mascarenhas Mateus, José Aguiar,

Miguel Brito Correia, Teresa de Campos Coelho

Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número:

A. Jaime Martins, António Pereira Coutinho, Catarina Vilça de Sousa, Eurico Sepúlveda, F. Henriques, H. Pires, João Castel-Branco Pereira, João Lourenço Martins, José Manuel Fernandes, Lídia Fernandes, Luís Pedro Mateus, Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara, Mário Caeiro, Miguel Brito Correia, Miguel Silva Graça, Nuno Teotónio Pereira, P. Marques, Teresa de Campos Coelho, Virgílio Hipólito Correia

Design gráfico e produção:

Talkmedia

Alameda Grupo Desportivo Alcocheteense, 133
2890-110 Alcochete

Tel.: 212 348 450, Fax: 210 811 164

E-mail: talkmedia@cabovisao.pt

Publicidade:

GECoRPA Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050-170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Impressão: Sogopal Artes Gráficas

Av. dos Cavaleiros, 35 - 35A, Portela da Ajuda
2795-626 Carnaxide

Distribuição: VASP S. A.

Depósito legal: 128444/98

Registo no ICS: 122549

ISSN: 1645-4863

Tiragem: 2500 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECoRPA.

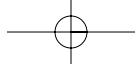
Capa



Fotografias dos artigos de João Castel-Branco Pereira, José Manuel Fernandes, Lídia Fernandes, Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara e Miguel Brito Correia

Fotografia cedida por:
Divisão de Museus e Palácios da C. M. de Lisboa - Museu da Cidade

EDITORIAL	2	PROJECTOS & ESTALEIROS	31
		Centro Republicano 5 de Outubro em Mina de São Domingos Como retomar as vivências comunitárias locais (Luís Pedro Mateus)	
QUADRO DE HONRA	3	LIVROS LIDOS	33
		"Vous plaisantez Mr. Tanner" ou o martírio da recuperação de um imóvel (Catarina Vilaça de Sousa)	
EM ANÁLISE	4	CARTAS & CONVENÇÕES	35
		Carta sobre o uso de locais antigos de espectáculo (Miguel Brito Correia)	
ESTUDO DE CASO	8	AS LEIS DO PATRIMÓNIO	36
		Os Arrendamentos Comerciais à luz da Nova Lei do Arrendamento (A. Jaime Martins)	
12		NOTÍCIAS	38
		Reconstruir a Ópera do Tejo (Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara)	
INVESTIGAÇÃO	15	AGENDA	39
		Registos do efémero (João Castel-Branco Pereira)	
ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO	18	VIDA ASSOCIATIVA	40
		Novas fronteiras no registo e diagnóstico de pinturas retabulares A utilização dos sistemas de varrimento laser (F. Henriques / H. Pires / P. Marques)	
TECNOLOGIAS	20	SERVIÇOS AOS ASSOCIADOS	42
		Protocolo Gestip (João Lourenço Martins)	
REFLEXÕES	24	DIVULGAÇÃO	44
		APTC Profissionais do Turismo Cultural associam-se em Tomar	
OPINIÃO	26	PERFIL DE EMPRESA	45
		Sociedade de Construções José Moreira, Ld. ^a	
29		e-pedra e cal	46
		Património e Espectáculo A Utopia (António Pereira Coutinho)	
EVENTOS	29	LIVRARIA	47
		II Bienal Internacional da Luz Luzboa (Mário Caeiro)	
PERSPECTIVAS	52	ASSOCIADOS GECRPA	49
		Reabilitação do parque habitacional público O papel das cooperativas (Nuno Teotónio Pereira)	
A mudança na empresa prestadora de serviços de design gráfico e produção teve como consequência um atraso, superior ao previsto, na saída deste número da <i>Pedra & Cal</i>. Pelo facto, pedimos desculpa aos nossos leitores e associados.			



ESTUDO DE CASO

Tema de Capa



Fig. 4 - Fragmento de pintura mural da sala de entrada sul do anfiteatro

construção da dimensão e natureza da que descrevemos, nesta localização e comprovadamente anterior à muralha, não pode senão fazer parte do anfiteatro. Construída a muralha em fins do séc. III ou inícios do IV, e sendo seguro que o anfiteatro ocupou esta zona, não é possível imaginar uma demolição precoce desse monumento, a construção de um outro qualquer edifício de proporções monumentais, nestas condições geomorfológicas de topo de encosta, e a sua subsequente demolição, tudo antes de 300 d. C.. O solo de *opus signinum*, com o seu esgoto, diz-nos que, muito provavelmente, estamos perante uma sala com abertura directa ao exterior, de onde receberia um volume não negligenciável de águas pluviais. Tratar-se-ia portanto de um *cavaedium*. Assim sendo, o solo, à cota de 47.62, poderá corresponder à cota de nível de um *maenianum*, provavelmente à *summa cavea*.

A construção da zona alta constituía portanto uma sala de grandes dimensões (6m de lado correspon-

dentes a um dos lados menores) de paredes integralmente revestidas a fresco e com solo de *opus signinum*, que dava acesso à *summa cavea*, constituindo portanto um acesso nobre ao monumento (fig. 4).

O PROGRAMA URBANÍSTICO DO ANFITEATRO

A muralha augustana rodeia o vale do anfiteatro de uma forma que não pode ser considerada casual; é, de facto, menosprezável a extensão de terreno plano, próprio para construção, que engloba, para que o traçado escolhido possa ser atribuído a uma eventual necessidade de espaço a urbanizar. O anfiteatro surge assim como um ponto fulcral no traçado escolhido, que responderia a um requisito básico: englobar o monumento; ou o espaço a ele destinado. A obra do anfiteatro sempre tem sido atribuída a época pré-flaviana. As escavações permitiram determinar que a sua construção é posterior aos meados do séc. I, pelo que a sua construção em data cláudio-neroniana pode ser tomada como segura. De pequenas dimensões 98 x 86m, comportando cerca de quatro mil espectadores, a sua erecção só é explicável pela existência de um

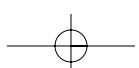
corpo administrativo local que, não formando ainda uma *ordo decurionum*, pois a cidade não é ainda um *municipium*, tem já, no entanto, a preocupação de manter uma actividade regular de jogos oferecidos à população, *munera* que nos é difícil caracterizar, mas que não devem ser grandemente distintos daqueles que se realizavam nos municípios, em todo o império.

A IMPORTÂNCIA DO ANFITEATRO

A realização de jogos gladiatórios em Conimbriga foi certamente tão importante quanto em todo o Império, conhecemos, aliás, muitos objectos de uso quotidiano onde as *munera* (jogos entre gladiadores) e as *venationes* (jogos com animais) estão representados; a predilecção por estes objectos (vidros, lucernas, vasos de *terra sigillata*, fig. 5) está sem dúvida ligada ao interesse pelos jogos que, em especial a partir da dinastia antonina, estão ligados ao próprio culto imperial. Desta data é um mosaico da casa dos Reputos representando um elefante e um camelo deitado à sombra de uma palmeira que se tem interpretado como produto da ideologia dionisíaca, por associação aos mosaicos



Fig. 5 - Vaso de terra sigillata produzida em Tritium Magallum, encontrado em Conimbriga. À esquerda dois gladiadores em luta; à direita um leão e um javali (?) sobre um gladiador morto a cena continuava para a direita, onde se vê um outro gladiador



Tema de Capa

nilóticos, o que não se discute. Parece mais interessante fazer ressaltar que das três representações, só o camelo se pode considerar "realista", o que se explica por se ter já documentado que pelo menos um camelo esteve fisicamente presente na cidade no período romano (Cardoso 1992, fig. 6). E porquê, se não para jogos no anfiteatro?

Muito importante é também a identificação de uma casa da cidade cujos mosaicos representam armas dos gladiadores. O edifício, a casa do tridente e da espada, foi talvez uma *schola* de gladiadores.

O FIM DO MONUMENTO

A topografia demonstra que a construção da muralha baixo-imperial, nos finais do séc. III ou inícios do IV, obrigou à demolição do anfiteatro. Nada de particularmente estranho se considerarmos que nessa data o declínio da importância dos jogos era já diminuto.

No entanto, a relação estratigráfica entre um e outro monumento necessita de mais indagação. Na área em que as restituições propostas indicam ter a muralha sobreposto o anfiteatro, escavou-se uma área nos anos 90 do séc. XX, tendo em vista vir a encontrar a estrutura de possíveis entradas situadas nesta extremidade do eixo menor que, mais próximo do centro da cidade e ligado à zona do *forum* por eixos viários de alguma importância, poderiam eventualmente revestir-se de um carácter monumental mais marcado.

Nesta zona a investigação continua neste momento, tendo sido possível localizar em 2006 a posição de escadas de laterais de acesso às bancadas da *media cavea*.

FUTURO DO MONUMENTO

Depois das escavações dos anos noventa o anfiteatro foi objecto de



Fig. 6 - Mosaico da casa dos Repuxos de Conimbriga: o elefante e o camelo

sondagens em Condeixa-a-Velha, no âmbito da minoração do impacto da construção da rede de saneamento na aldeia, dirigidas por M. Pilar Reis, e mais recentemente a investigação está a ser continuada por Adriaan de Man, que investiga a ocupação tardia da cidade (Man 2005).

Faz parte do horizonte perspectivável a escavação do anfiteatro no seu todo, para que o arranjo e valorização das partes que se conservam exentas permita a sua integração no circuito de visita e a compreensão global do monumento, que se pretende integrar no Património do Estado a breve trecho.

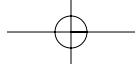
A problemática do anfiteatro, quer do ponto de vista estritamente arqueológico quer do ponto de vista arquitectónico, necessita para além de profunda discussão científica, de uma consciência pública deste magnífico monumento.

Pedra & Cal

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, Jean Pierre, 1989: *La Construction Romaine* (Paris, Picard).
- ALARÇÃO, Jorge e ETIENNE, Robert, 1977: *Fouilles de Conimbriga - I^a, I^{**} - L'architecture* (Paris, M.A.F.P. / M.M.C.).
- CARDOSO, João Luís, 1992: "Um camelídeo de Conimbriga". *Conimbriga*, vol. XXXI (Coimbra, Inst. Arqueologia), p. 181-188.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 1994: "O anfiteatro de Conimbriga. Notícia preliminar". In *El anfiteatro en la Hispania romana* (Mérida, Junta de Extremadura), p. 327-345.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 1997: "Nouvelles recherches à Conimbriga". In Étienne, Robert e Mayet, Françoise (ed.) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), p. 35-48.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 1999: "Desenvolvimentos recentes da investigação arqueológica em Conimbriga". In Alvarez-Palenzuela, V. A. (ed.) *Jornadas de cultura hispano-portuguesa* (Madrid, Un. Autónoma), p. 11-31.
- CUNHA, Lúcio 1990: *As serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de geomorfologia* (Coimbra, INIC, *Geografia Física - 1*).
- GOLVIN, Jean-Claude, 1988: *L'Amphitheatre Romain* (Paris, De Boccard).
- MAN, Adriaan de, 2005: *Conimbriga, do Baixo-Império à Idade Média* (Lisboa, Ed. Silabo).

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA,
Director do Museu Monográfico
de Conimbriga



Teatro Romano de Lisboa

O palco da latinidade no extremo ocidental do império

A edificação do Teatro Romano de Lisboa no dealbar do séc. I comprova a plena integração da cidade de *Olisipo* no Império a que pertencia. Localizada no extremo ocidental desse grande Império, a cidade de Lisboa de seu nome *Felicitas Iulia Olisipo*, à qual Plínio atribui o estatuto de *municipium civium Romanorum* adopta as características que fariam dela uma cidade romana de pleno direito. Ainda que desconheçamos aspectos suficientes para delinear os contornos desta nova urbe, o que hoje sabemos levam-nos a concluir por uma romanidade plena, traduzida quer por um urbanismo pensado e racional, quer pela construção de novos edifícios, característicos dos novos hábitos e gostos desta nova civilização e ícones da romanidade. Os edifícios termais como as *Thermae Casiorum* (actual Rua das Pedras Negras), ou as detectadas na Rua dos Correeiros (Fundação Banco Comercial Português) o criptopórtico (Rua da Conceição/Rua da Prata), os templos (como o templo de Cibele nas imediações da Rua da Madalena), o aqueduto (identificado na Amadora) ou as vias, são apenas alguns dos exemplos que atestam a adopção dos novos hábitos e costumes.

Os espectáculos que incluíam representações têm o seu início em épocas recuadas. Em 364 a. C., por ocasião de uma epidemia, o senado romano realizou, para esconjuro da peste, um espectáculo com bailarinos, mimos e músicos que mandou



Fig. 1



Fig. 1a

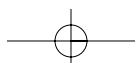
Fig. 1 e Fig. 1a Fustes de coluna e capitel da ordem jónica, talhados em biocalcarento. Não se conserva o revestimento original realizado em estuque

vir da Etrúria (GRIMAL, 2002, p. 71) parecendo ser este o início dos *ludi scaenici*. A partir de então, múltiplas celebrações passaram a incluir representações similares, a mais importante das quais os *ludi Romani*, os quais foram instituídos pela primeira vez em 366 a. C.. A junção da música e do bailado fizeram grandes adeptos em Roma. A evolução

dos bailarinos num palco, ao som dos *aulos*¹ e de outros instrumentos musicais como é comprovado por várias representações pictóricas e mosaísticas ao longo de todo o período romano e o seu acompanhamento com a declamação de pequenos versos, terá criado um novo estilo de espectáculo que rapidamente cativou a população.

Ainda que os *ludi* que incluíam representações cénicas tenham correspondido inicialmente a uma função religiosa, sendo organizados pelos sacerdotes em honra de várias divindades como seria o caso dos *ludi romani* acima referidos, em honra da Tríade Capitolina (Júpiter, Júno e Minerva); dos *ludi Plebeii*, em honra de Júpiter; dos *ludi Apolinares*, em honra de Apolo; dos *ludi Megalenses*, em honra da deusa Cibele; ou ainda dos *Ceriales*, em honra da deusa Ceres rapidamente a sua realização ultrapassou esse carácter, multiplicando-se progressivamente o número de comemorações que incluíam esse tipo de actuação. Deste modo, foram surgindo representações teatrais, custeadas quer pelos dirigentes políticos, quer por particulares, por ocasião da celebração de uma qualquer conquista militar (os *ludi triumphales*), ou aquando do funeral de alguma personalidade ilustre (*ludi funebres*), o mesmo acontecendo em cada cem anos, com os amplamente aclamados *ludi saeculares*.

A multiplicidade de espectáculos, bem como a progressiva especiali-



Tema de Capa

zação das representações que se levavam a cena - a comédia, a tragédia e o drama satírico, de origem grega, assim como outras de carácter exclusivamente romano, como sejam a pantomima, o mimo ou a *atellana* - fez com que o teatro, enquanto encenação, se tornasse num fenómeno público de enorme aceitação. O espaço físico onde se realizavam estas actuações passou, do mesmo modo, a desempenhar um papel fulcral no conjunto dos monumentos públicos das urbes.

A atribuição de uma função simultaneamente política e religiosa, sobretudo a partir do Imperador Augusto, transformou estes espaços em locais por excelência de veiculação do culto imperial. Os teatros constituem-se, assim, como símbolos do poder e marcos da romanidade sendo, na grande maioria, custeados pela administração central, quando não directamente pelo imperador. Terá sido o caso, provavelmente, do teatro de Lisboa. Uma edificação de tão grande envergadura no dealbar do Império, terá correspondido a uma encomenda oficial.

Local desde há muito habitado, a antiga povoação que se localizaria nas vertentes da colina do actual Castelo de S. Jorge e se estenderia pelas margens dos cursos de água que corriam no seu sopé terá procurado materializar o novo estatuto jurídico-administrativo, tendo o teatro constituído, quer pelas suas características técnicas, quer pela respectiva implantação, um marco emblemático da romanidade e um sinal dos recentes privilégios e estatuto adquiridos.

A edificação deste monumento público terá ocorrido ainda em finais do séc. I a. C. ou nos primeiros anos da nova era, ainda que, certamente, corresponda a uma obra operada num tempo longo. Os elementos ar-

quitectónicos com revestimento a estuque (fig. 1), as características técnicas do edifício e o emprego da ordem jónica, são alguns dos elementos que nos apontam para o início da sua construção numa época recuada. Atestada encontra-se, de igual modo, uma fase de remodelação, levada a cabo em meados do séc. I, concretamente 57 d. C.. Essa data é-nos fornecida pela inscrição existente no muro do *frons pulpitum*² onde se refere que as obras de renovação dessa estrutura e da *orchestra*³ foram custeados pelo flâmine augustal (sacerdote) *Caius Heius Primus*⁴ (fig. 2). Este aspecto informa-nos sobre acções de evergetismo levadas a cabo na cidade de *Olisipo*, as quais se inserem numa política de financiamentos privados em voga por todo o Império⁵.

A data de 57 d. C. acima referida, integra-se na corrente de marmorização ocorrida por todo o Império, sendo nítida uma alteração de gosto no que respeita à escolha da matéria-prima empregue na decoração, não somente dos edifícios públicos como, de igual forma, na decoração dos espaços privados. No caso do Teatro de *Olisipo*, os fustes e capitéis

com o seu revestimento em estuque pintado que decoravam a frente cénica, mantêm-se ao longo da vivência deste espaço, evidenciando-nos uma composição e ornamentação arreigada em substratos antigos de tradição tardo republicana. Não obstante essa manutenção, que poderemos considerar como arcaísmo decorativo e técnico, constatam-se alterações que dizem respeito aos paramentos pétreos do muro do *proscenium*, bem como ao revestimento em placas marmóreas da *orchestra*. Em ambos os casos é utilizado o mármore cinzento de S. Brissos (Trigaches, Alentejo) e o calcário margoso de cor rosa de Pêro Pinheiro (Sintra). De igual forma, o



Fig. 2 Frons pulpitum (frente do palco) do muro do proscenium com a inscrição referindo as obras custeadas pelo sacerdote da cidade de Olisipo



Fig. 3 Estátua de sileno que decorava a parte superior do muro do proscenium

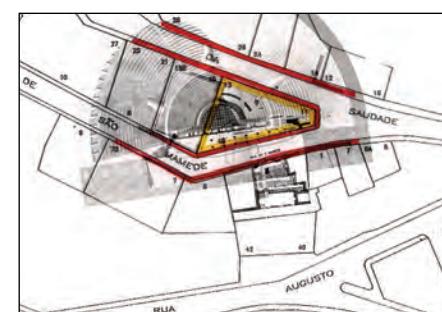


Fig. 4 Planta da área onde se insere o Teatro Romano, observando-se a sobreposição do urbanismo actual. A área demarcada a amarelo refere-se às estruturas do monumento hoje conhecidas

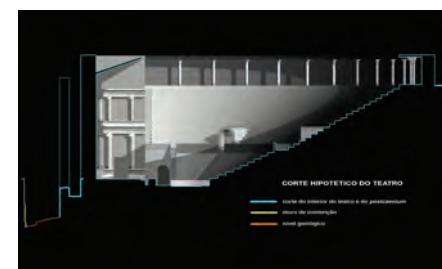
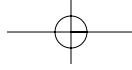


Fig. 5 Corte do Teatro Romano

programa iconográfico é enriquecido, datando da segunda metade do séc. I algumas das estátuas que decorariam o espaço cénico. Salienta-



ESTUDO DE CASO

Tema de Capa



Fig. 6



Fig. 7

Figs. 6 a 8 Reconstituição do Teatro Romano (projecto de Paulo Sales e Lídia Fernandes)

mos, a este propósito, duas estátuas jacentes de silenos⁶, em mármore branco de Pardais (Vila Viçosa, Alentejo) que decorariam a parte superior do *frons pulpitum* (fig. 3). Sabiamente implantado a meia colina, na actual encosta do Castelo de S. Jorge⁷, o teatro de Lisboa foi edificado aproveitando o afloramento natural. A parte inferior - onde se localiza a *orchestra*, *proscenium* e parte inferior das bancadas (*cavea*) - terá obrigado a um rebaixamento do solo, tendo-se aproveitado a rocha desbastada para a realização dos vários elementos arquitectónicos (bases, fustes, capitéis), que posteriormente seriam estudiados, bem como para servir de material de construção nos múltiplos cimentos que constituem as bancadas, as quais se distribuíram pela encosta em três níveis: a *imma*, *media* e a *summa cavea*⁸ (fig. 4).

Actualmente desconhece-se o limite completo deste monumento, calculando-se, ainda que em termos um pouco vagos, para uma capacidade que daria para cerca de 4000 espectadores (fig. 5). Os recentes trabalhos arqueológicos têm permitido esclarecer um pouco mais acerca deste monumento tendo sido realizadas reconstituições tridimensionais que nos fornecem uma imagem, simplificada, do que terá sido este edificação romana (figs. 6 a 8).

Inserido numa zona da cidade com intensa ocupação e de particulares características urbanísticas, a Divi-

são de Museus e Palácios da Câmara Municipal de Lisboa tem tentado, desde 2001 com a inauguração do Museu do Teatro Romano devolver este espaço à cidade, numa procura de revitalização e reabilitação do monumento.

Pedra & Cal

NOTAS

- (⁶) Flautas compridas de dois tubos com uma sonoridade semelhante à do oboé.
- (⁷) Face do muro (*proscenium*) que separa a área dos actores (palco *pulpitum* e respectivo cenário - *frons scaenae*) da área dedicada aos espectadores.
- (⁸) Espaço semicircular defronte do *proscenium*, destinada às mais altas individualidades da cidade. A restante população distribuir-se-ia pelas bancadas (*cavea*), de acordo com a sua condição social.
- (⁹) Tradução: "A Nero Cláudio César Augusto Germânico, filho do divino Cláudio, neto do César Germânico, bisneto do César Tibério, trineto do divino Augusto, Pontífice Máximo, investido no Poder Tribunício pela terceira vez, Cônsul pela segunda vez e designado para a terceira, Caio Heio Primo, Augustal perpétuo, dedicou as obras do *proscenium* e da *orchestra*, com os ornamentos". (SILVA, 1944, p. 172 e ss.).
- (¹⁰) Bastará lembrar, a este propósito, as várias remodelações operadas no teatro da capital de província, *Emerita Augusta*, e que se verificaram ao longo de toda a época romana. A última fase de remodelação deste edifício foi realizada nos finais do séc. IV traduzindo-se na construção das duas *versurae* (entradas) do teatro. Esta enorme obra, que obrigava a desmontar uma grande parte do edificado, foi custeada por privados e certamente que tão onerosa despesa teria que granjear francos proveitos, certamente políticos (DURÁN CABELLO, 2004, p. 126).
- (¹¹) Na mitologia grega o sileno era um sátiro velho que simbolizava a embriaguez e que foi preceptor do deus do vinho, Dionísio.
- (¹²) As ruínas do teatro romano de Lisboa localizam-se na actual Rua de S. Mamede ao Caldas. O acesso ao actual Museu pode fazer-se quer por essa rua quer pelo Pátio do Aljube, junto à Sé.
- (¹³) Respectivamente a bancada inferior, a média e a superior. Cada uma destes níveis estava separado do seguinte por um corredor largo (*praecinctio*) os quais permitiam a distribuição dos espectadores ao longo das bancadas. Outros corredores, desta vez perpendiculares, dividiam as bancadas em secções designadas *cunei*.



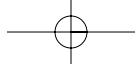
Fig. 8

BIBLIOGRAFIA

- DURÁN CABELLO, Rosalia-Maria, *El Teatro y el Anfiteatro de Augusta Emerita*, BAR, International Series 1207, Oxford, 2004.
- FERNANDES, Lídia, "Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval", *Actas das V Jornadas Arqueológicas, Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, pp. 239-242.
- FERNANDES, Lídia, "O Teatro de Lisboa - intervenção arqueológica de 2001", *III Jornadas Cordobesas de Arqueología Andaluza - Los Teatros Romanos de Hispania* (Córdoba, 12-15 Novembro 2002), Córdova, 2006, pp. 181-204.
- FERNANDES, Lídia, "Capitéis do Teatro romano de Lisboa", *Revista Anas*, Museo Nacional de Arte Romano, nº 14, Mérida, 2001, pp. 29-46 (+ Láminas).
- FERNANDES, Lídia, "Teatro romano de Lisboa - novos dados construtivos sobre o monumento", IV Congresso de Arqueología Peninsular, 14-19 Setembro 2004, Faro, 2004 (comunicação oral).
- FERNANDES, Lídia, SALES, Paulo, "Projecto Teatro romano, Lisboa a reconstituição virtual", *Revista Arquitectura e Vida*, nº 57, Lisboa, Fevereiro 2005, pp. 28-32.
- GRIMAL, Pierre, *O Teatro Antigo*, Edições 70, Lisboa, 2002.
- HAUSCHILD, Theodor, "Das Romische Theater von Lissabon. Planaufnahe 1985-1988", *Madritter Mitteilungen*, 31, 1990, pp. 348-392.
- HAUSCHILD, Theodor "O teatro romano de Lisboa", *Lisboa Subterrânea* Catálogo, ed. Electa, Lisboa, 1992, pp. 64-66.
- LEITE, Ana C.; PEREIRA, P., "Prospecto e planta das ruínas do teatro romano de Lisboa", *Lisboa Subterrânea* Catálogo, ed. Electa, Lisboa, 1992, pp. 208-209.
- MOITA, Irisalva, "O teatro romano de Lisboa", *Revista Municipal*, Lisboa, vol. 124/125, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1970, pp. 7-37.
- SILVA, Vieira da, *Epigrafia de Olisipo*, C. M. L., Lisboa, 1944.

LÍDIA FERNANDES,

Arqueóloga da Divisão de Museus e Palácios da C. M. de Lisboa Museu da Cidade, Mestre em História de Arte, coordenadora do projecto de intervenção arqueológica do Teatro Romano



Reconstruir a Ópera do Tejo

[...] Nesta ocasião Perez compôs uma nova versão da Ópera *Alessandro nell'Indie* na qual aparecia no palco uma tropa a cavalo com uma falage macedónica. Um dos mestres de equitação do rei montava o Bucéfalo ao som de uma marcha que fora composta por Perez no picadeiro... O conjunto excedia tudo aquilo que Farinelli havia tentado fazer para a Corte de Madrid para o que dispusera de poderes ilimitados [...]¹



Fig. 1 Jacques Philippe Le Bas, *Ruinas da Ópera do Tejo*, c. 1756

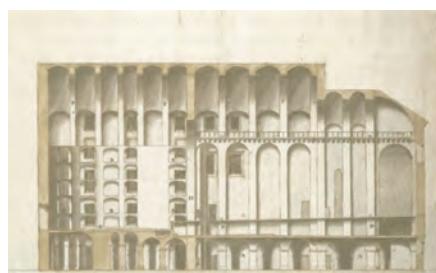


Fig. 2 Real Teatro de Ópera do Tejo corte longitudinal, 1755, Academia Nacional de Belas Artes

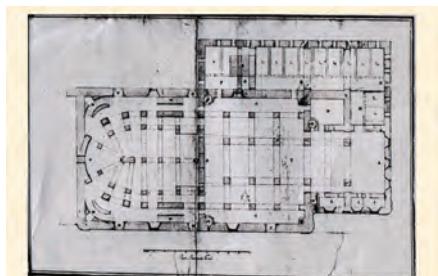


Fig. 3 Real Teatro de Ópera do Tejo planta do nível térreo, 1755, Academia Nacional de Belas Artes



Fig. 4 Cenário para a ópera *La Clemenza di Tito* grande galeria com estátuas, 2º Acto, 8ª Cena. Desenho de Giovanni Carlo Bibiena. Biblioteca Nacional de Lisboa

A Real Ópera do Tejo, assim designada e conhecida na Lisboa de Setecentos obra emblemática de encomenda régia foi um dos principais equipamentos culturais da cidade, desaparecido subitamente com o terramoto de 1755.

Construída pelo então conhecido arquitecto italiano Giovanni Carlo Bibiena e inaugurada na Primavera de 1755, com a ópera *Alessandro nell'Indie*, seguida de *La Clemenza di Tito*, este espaço integrou apenas por seis meses Lisboa no roteiro lírico

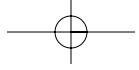
co das grandes capitais europeias. O desejo de apetrechar a corte do equipamento necessário à fruição da Ópera italiana iniciou-se ainda com D. João V, tendo sido concretizada pelo seu filho D. José I. O gosto pela ópera italiana ia-se paulatinamente desenvolvendo enquanto instrumento ao serviço destes dois monarcas absolutos.

O relato de muitos testemunhos e o seu súbito desaparecimento fizeram deste espaço, um lugar de excelência artística, localizado estratégicamente

em frente ao rio, ocupando uma vasta área a Oeste do Paço Real e da Casa da Índia, zona hoje onde se encontra o edifício do Arsenal da Marinha. A fixação deste lugar teatral na cidade, e a escolha do local mais adequado no plano urbanístico da Lisboa da 2.ª metade do século XVIII, representou um processo de autonomização na edificação de um espaço exclusivamente destinado e reservado à recepção da Ópera como espectáculo 'total', na sua essência genuinamente italiana, e como instituição de carácter permanente. Até aqui a representação operística e teatral limitava-se à improvisação de espaços como foram o primeiro ensaio na Academia da Trindade em 1735 e o conhecido e também efémero *Pateo das Arcas*, que, conotado com a ideia de espaço social e servindo-se de uma estrutura urbana pré-existente, antecipou o modelo de teatro urbano².

Num exercício de "regaste" do seu esplendor e sumptuosidade, todos os elementos de que dispomos (algumas descrições coevas, e os conhecidos elementos iconográficos, tais como a gravura de Le Bas, a planta e corte longitudinal, assim como a sua respectiva folha descritiva atribuída a estas duas peças desenhadas - figs. 1 a 3) não se tornam suficientes para recuperarmos uma descrição detalhada e uma visão global deste edifício.

Apesar das muitas incertezas que



INVESTIGAÇÃO

Tema de Capa

Reconstituição Virtual da Real Ópera do Tejo (www.arci.pt/images/articles/16/operareal.Lisboa.pdf)

Fig. 5a Interior



Fig. 5b Exterior

circulam à volta de todos estes elementos, e de alguns com pouca veracidade, o edifício da Ópera do Tejo seria seguramente uma das salas de espectáculo mais importantes da capital.

Reunindo estes elementos, podemos afirmar de imediato a organização funcional do espaço e a tipologia de um teatro de raiz italiana, demarcado pelos seus acessos, pelo arco da boca de cena, pelo espaço reservado às representações e zonas de serviço.

Giovanni Carlo Bibiena empregou certamente esquemas tipicamente italianos em uso na Europa, pontuando Lisboa com um "Teatro Real de Ópera"¹³.

A materialidade do teatro não se centra apenas e exclusivamente no edifício. Encontramo-nos inseridos numa estrutura mais vasta a ideia espectáculo e a descrição de um discurso cénico. Aqui, a leitura poderá ser mais detalhada e completa, uma vez que podemos cotejar texto/libreto e respectiva imagem das duas principais peças aí representadas: *Alessandro nell'Indie* e *La Clemenza di Tito*, propostas visuais que nos transmitem a visualização plástica do texto dramático (fig. 4). Estas gravuras, executadas com base nos desenhos de G. C. Bibiena, levam-nos a constatar que a execução do trabalho de cenógrafo seria

uma operação global envolvendo uma equipa alargada de trabalho. As invenções cénicas para estas óperas podiam ser reconduzidas a um complexo programa que conjugava a poesia, os bailados e os cenários, a fim de se obter um resultado unitário, expressivo e apelativo, tão ao gosto barroco.

Pensámos que uma das melhores formas de evocar este património desaparecido era procurar recuperá-lo com o apoio das novas tecnologias da computação gráfica: a recriação em 3D do edifício em realidade virtual dinâmica com a ajuda dos escassos elementos iconográficos que existem.

Com ajuda de uma equipa constituída por um *webdesigner* e um arquitecto, e reunidos os elementos de que dispúnhamos - especificamente os cenários - foi possível recrivar um espaço a 3 dimensões, elaborando uma maqueta em ambiente virtual. A ideia era, deste modo, sugerir a eventual volumetria do edifício, assim como o seu espaço interior¹⁴ (a sala e a plateia).

O uso de uma plataforma interactiva *Second Life* TM¹⁵ permitiu a imediata criação não só da estrutura e aparência do edifício como da sua própria animação, possibilitando a captação de vídeo para a realização de uma *machinima* (animação em 3D de baixo custo) e a conjugação com

um pequeno trecho musical apresentado quando da inauguração do edifício e recentemente tocado pela Orquestra Metropolitana na evocação do 250 anos do Terramoto de Lisboa (figs. 5a e 5b).

Em síntese, quisemos de certa forma, avançar com uma proposta criativa de um edifício real tornado mítico através de uma montagem de elementos reais da época que poderiam ter coexistido num espaço com características únicas na Lisboa do século XVIII.

Postim & Cal

NOTAS

⁽¹⁾ Charles A. Burney, *A General History*, IV, p. 571, transcrito por Manuel Carlos de Brito, *Opera in the Eighteenth Century*, Londres, Cambridge University Press, 1989, p. 28, 207, nota 25.

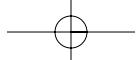
⁽²⁾ Consulte-se sobre este assunto: Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara *Lisboa: espaços teatrais setecentistas*. Lisboa, Livros Horizonte, 1996.

⁽³⁾ Consulte-se sobre este assunto o recente estudo de Luís Soares Carneiro *Teatros de raiz italiana em Portugal*. Lisboa: Tese de Doutoramento da Faculdade de Arquitectura do Porto, Porto, 2002.

⁽⁴⁾ Consulte-se este trabalho em: www.arci.pt/images/articles/16/operareal-de-Lisboa.pdf. A ideia da equipa é dar continuidade a este projecto constituindo um sítio na Internet sobre a ópera do Tejo em permanente actualização. Consulte-se: <http://operadotejo.org>.

⁽⁵⁾ Esta plataforma disponibiliza imediatamente o resultado da produção ao público possuidor de um acesso à Internet de banda larga e um *account* criado na plataforma, ou seja, gera imediatamente um público de 30.000 pessoas. Cf. www.secondlife.com

MARIA ALEXANDRA TRINDADE
GAGO DA CÂMARA,
Historiadora da Arte,
Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Aberta



**Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.**

Uma empresa
do Grupo Stap



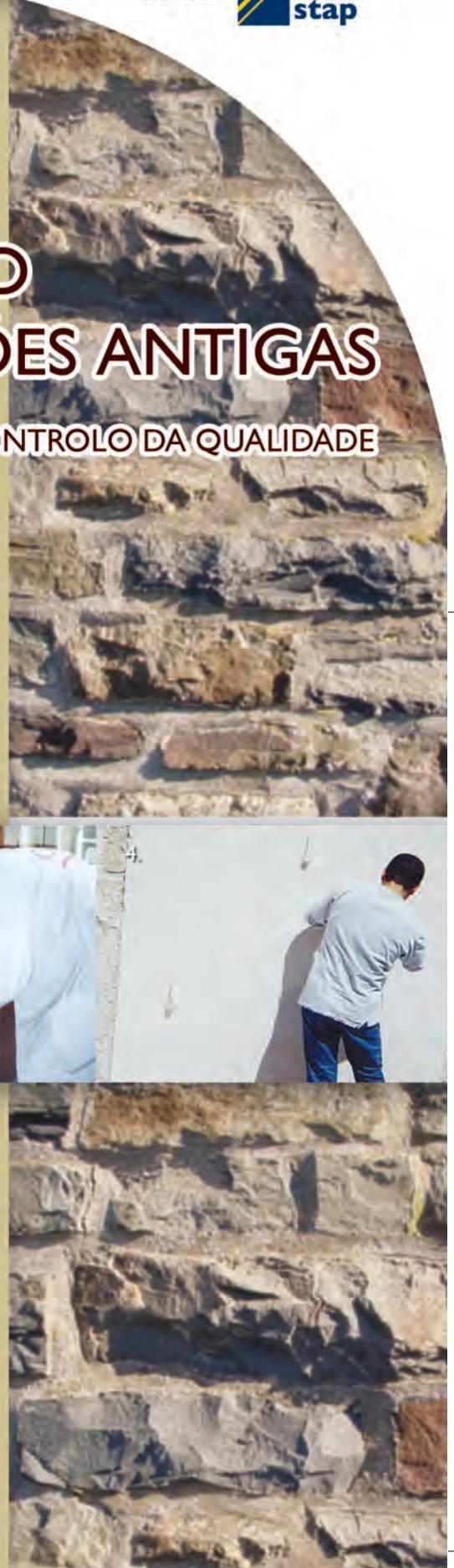
Conhecer antes de intervir

REBOCOS E REFECHAMENTO DE JUNTAS DE CONSTRUÇÕES ANTIGAS

CARACTERIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO, LEVANTAMENTO E CONTROLO DA QUALIDADE

A equipa da Oz possui uma larga experiência no estudo das argamassas de reboco e refechamento de juntas, enriquecida através da participação na iniciativa "Old Renders", um projecto Eureka-Eurocare co-financiado pela Agência de Inovação e desenvolvido em colaboração com o Departamento de Edifícios do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Este projecto permitiu definir um conjunto de metodologias para a caracterização e conservação de argamassas de revestimento e acabamento das alvenarias de edifícios antigos e a concepção das argamassas de substituição.

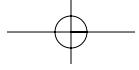
A adopção da metodologia correcta é um passo essencial para o sucesso de uma intervenção de reabilitação das fachadas de edifícios antigos.



1. Caracterização das propriedades mecânicas de um reboco com esclerómetro de pêndulo.
2. Caracterização das propriedades mecânicas de uma argamassa de assentamento através do ensaio de arrancamento de uma hélice.
3. Medição do teor de humidade numa parede.
4. Instalação de tubos de Karsten num reboco para avaliação da sua porosidade.



Rua Pedro Nunes 45, 1.º Esq. • 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 563 371 • Fax: 213 153 550
E-mail: ger@oz-diagnostico.pt
www.oz-diagnostico.pt



Registros do efémero

O arco de triunfo é, de todas as manifestações de arte efémera pública, a mais "nobre", pela conotação imperial romana, que de imediato lhe é atribuída. Os seus idealizadores podem manter-se mais próximo da imagem do arco construído em material perene ou, entendendo-o na sua concepção como obra passageira, de modo mais extravagante, porventura de inadequada realização em pedra.

"A magnificência, bom gosto e a singular riqueza e formosura dos monumentos têm merecido a aprovação e os aplausos dos inteligentes e a admiração do povo, dizendo todos à uma que deviam construir-se de mármore para perpetua memória"¹. Eis como a relação coeva referente aos desposórios dos dois filhos de D. Maria I, o futuro D. João VI com D. Carlota Joaquina e a Infanta D. Mariana Vitória com D. Gabriel, realizados em 1785, se refere às construções efêmeras elevadas no Rossio.

O arco de triunfo como os outros aparatos efêmeros mandara-o eri-

gir o Embaixador de Espanha, Conde de Fernan Nuñez, obra com grande presença arquitectónica e claramente neoclássica, ladeada por obeliscos e centrada na importante praça de Lisboa, de modo a ser vista por todos, inclusive por suas Majestades que se detiveram por alguns momentos para *"observar a magnificência dos monumentos e o vistoso da iluminação"*².

Poucos arcos comemorativos de cantaria foram construídos em Portugal. Refira-se o da Porta Nova em Braga, erigido graças ao empenho do seu arcebispo, um dos Meninos

de Palhavã, D. José de Bragança; posteriormente, em 1802 o arco laudatório que o Marquês de Marialva faz construir na sua casa de Seteais para a visita do Príncipe Regente e o que estava previsto desde a reconstrução de Lisboa, após 1755, para rematar a Rua Augusta na sua ligação com a Real Praça do Comércio, que só se concretizou, em pleno Romantismo, em 1873.

É contudo associado às entradas régias que se procedeu à construção de grandes aparatos arquitectónicos celebrativos, cuja existência tiveram a brevidade dos acontecimentos ce-



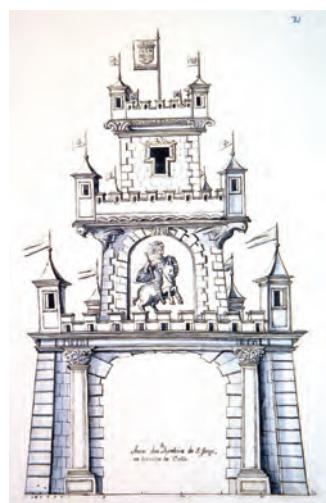
Arco dos Familiares do Santo Ofício, construído para a entrada em Lisboa de Filipe II, em 1619. Biblioteca da Ajuda, Lisboa



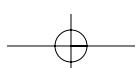
Arco dos Alemães. ImpONENTE construções de seis faces, erigida no Terreiro do Paço, para a entrada pública da Rainha Sofia de Neuburgo, mulher de D. Pedro II, em 1687. Álbum de João dos Reis, Cópia dos Reais Aparatos, fólio 28, Biblioteca Nacional de Lisboa

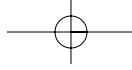


Arco dos Flamengos, construído para a entrada em Lisboa de Sofia de Neuburgo, em 1687. Álbum de João dos Reis, Cópia dos Reais Aparatos, fólio 14, Biblioteca Nacional de Lisboa



Arco de S. Jorge, construído para a entrada em Lisboa de Sofia de Neuburgo, em 1687. Álbum de João dos Reis, Cópia dos Reais Aparatos, fólio 21, Biblioteca Nacional de Lisboa





ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO

Tema de Capa

lebrados.

Que memória restou destas construções que seguramente muito impressionaram quem as viu? Existem relações manuscritas e impressas, os desenhos ou gravuras ilustrando as edificações realizadas, associadas aos textos ou como informação autónoma, podendo ser registo do próprio acontecimento ou projecto para estas arquitecturas efémeras.

De modo transversal, estas realizações, à partida de curta duração material, poderão estar documentadas de outras maneiras como, por exemplo, a Porta Espéciosa da Sé Velha de Coimbra, por hipótese a passagem à pedra de um arco triunfal efímero quinhentista³, ou ainda outros suportes e a propósito de outras descrições de que é exemplo o painel de azulejos representando a entrada em Lisboa do Príncipe do Brasil, futuro D. José, e de D. Mariana Vitória, o cortejo atravessando uma sequência de arcos triunfais das diferentes Nações e Corporações, representação existente no Claustro da Ordem Terceira de S. Francisco, em S. Salvador da Bahia, Brasil⁴.

Contudo, os arcos foram apenas uma das formas que mais permaneceram destas obras efémeras, exactamente por serem as mais passíveis de serem modelos a transpor para materiais perenes como a pedra.

Os recintos efêmeros para as toureadas que, em Espanha, tiveram réplica em edificações definitivas, limitaram-se, em Portugal, a estruturas ligeiras que se montavam em momentos festivos, geralmente os dos casamentos reais ou de festas dedicadas a santos promovidas pelas câmaras municipais, e se desmantelavam depois.

Outras modalidades efêmeras foram documentadas quer em texto quer em imagem, apesar de ser premissa da sua existência a duração breve, construídas em materiais frá-



Cortejo real no Terreiro do Paço. Partida de D. Catarina de Bragança para Inglaterra, como mulher do Rei Carlos II, em 1662. Destacam-se os arcos dos mercadores alemães e ingleses. Museu da Cidade, Lisboa

Pormenor do arco triunfal erigido pela nação francesa por ocasião do casamento do príncipe do Brasil D. José, futuro D. José I, com a princesa espanhola D. Mariana Vitória, em 1729. Silhar de azulejos (ca. 1746-48). São Salvador da Baía. Claustro do Convento da Ordem Terceira de São Francisco

geis de madeiras e estafes, encobertos depois com tecidos e tapeçarias luxuosas: tribunas, palanques, varandas para a aclamação dos Reis, passadiços e pórticos de embarques e desembarques ceremoniais, pavilhões para actos solenes, obras que se adossavam a palácios e se erguiam em praças, ou ainda aparatos fúnebres para o interior das igrejas. Edificações estáticas e com o tempo de percepção que durava apenas o acto celebrativo, outras eram concebidas para tirar partido da mobilidade e de uma percepção fugidia senão mesmo final. No primeiro caso estão os carros alegóricos, com motivos esculpidos ou com pessoas indumentariadas e com adereços que definiam a Alegoria, no segundo as torres e "máquinas" pirotécnicas concebidas para desaparecer, em momento apoteótico da celebração, perante os olhos dos espectadores, o fogo-de-artifício ardendo e fazendo arder a própria construção que o suportava, por vezes com guarnições arquitectónicas e escultóricas figuradas de elaborado desenho.

Assim se marcavam os momentos mais significantes da sociedade, tornados públicos em realizações materiais e festejos, em geral promovidos pela Casa Real ou em honra da Casa Real, nascimentos, casamentos e mortes de Príncipes e Reis, e também pela Igreja, em momentos de Canonizações de Santos, para além das festividades que se repetiam

com regularidade anual, algumas das quais foram alvo de grande aparato, como a Procissão de *Corpus Christi*, renovada com ostentação no reinado de D. João V.

Onde encontrar na actualidade a expressão do efêmero tal como foi caracterizado anteriormente? Nos dias de festa colectiva, os fogos de artifícios que marcam o princípio dos anos, hoje sem aparatos construídos mas apenas articulações de pirotecnia, os carros alegóricos dos carnavales, aplicando códigos actualmente mundializados, as iluminações natalícias ou ainda, como exemplo do efêmero mais construído, os recintos dos mega concertos.

NOTAS

⁽¹⁾ Relação das Festividades com que o Excellentíssimo Conde de Fernan Nuñes, Embaixador Extraordinário, de S.M. Catholica, celebrou novamente nesta cidade nos dias 15 e 16 de Junho, os felices desposórios dos Senhores Infantes de Portugal e de Espanha, e com especialidade a chegada da Sereñíssima Senhora D. Carlota Joaquina a este reino, Lisboa, s.d., citado no catálogo *Arte efémera em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000, p. 205.

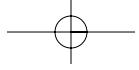
⁽²⁾ Idem, p. 204.

⁽³⁾ Hipótese adiantada por Moreira, Rafael, "A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal", in: *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Coimbra, 1981, p. 289.

⁽⁴⁾ Santos Simões, J.M., *Iconografia Lisboeta em azulejo no Brasil. Vista de Lisboa em painéis de azulejo na cidade do Salvador*, Oceanos, nº 36-37, Outubro de 1998/Março de 1999, CNCDP, Lisboa, 1998.

JOÃO CASTEL-BRANCO PEREIRA,
Conservador de Museu,
Director do Museu Calouste Gulbenkian
desde 1998.

Foi Director do Museu Nacional do Azulejo (1987-1998) e Conservador do Museu Nacional dos Coches (1979-1987).



EDITORIAL



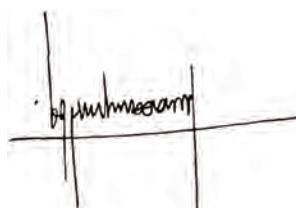
Edifícios destinados a espectáculos Um património a preservar

O espectáculo, "*esse sucesso extraordinario cuja vista ou alegria commove o animo*", como o define Rafael Bluteau em 1713, no seu *Vocabulário Portuguez e Latino*, assume-se, desde tempos imemoriais, como uma das mais significativas formas de expressão (e até mesmo de manipulação de sensibilidades) dos povos, explicando o interesse e cuidado que as sociedades sempre dedicaram aos espaços em que elas se desenrolam.

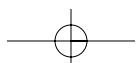
Verdadeiras "fábricas de sonhos", teatros, coliseus e cinemas fazem parte da arquitectura de prestígio que, ao longo de toda a História, contribuiu para o enriquecimento do nosso património. E como todo o outro património arquitectónico, também eles estão amplamente vulneráveis à implacável lógica economicista dessas mesmas sociedades, apesar das lutas mais ou menos empenhadas de alguns cidadãos, que teimam em preservá-los como um elemento cultural determinante das suas memórias. Quem não se lembra ainda do vasto movimento gerado em torno da tentativa de conservação do *Eden* em Lisboa?

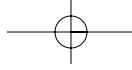
Foi neste contexto que decidimos dedicar um número da *Pedra & Cal* à recuperação desta tipologia de edifícios que, assinados por alguns dos nossos melhores arquitectos, representam também, importantes etapas no conhecimento técnico.

Cientes de que os trabalhos que integram este número da revista são apenas uma parte dos muitos esforços que têm sido feitos na recuperação de um vasto património que urge preservar, e que muitos outros poderiam ser apontados, escolhemos exemplos que fossem significativos de várias épocas, e do desafio que as respectivas técnicas construtivas e de reabilitação hoje constituem.



Teresa de Campos Coelho





Novas fronteiras no registo e diagnóstico de pinturas retabulares

A utilização dos sistemas de varrimento *laser*



Fig. 1 - "Ressurreição de Lázaro"
(FH)

Neste texto apresentamos os resultados e algumas considerações sobre a aplicação dos sistemas de varrimento *laser* (SVL) em estudos técnicos de pinturas retabulares.

Os SVL são sensores activos que permitem efectuar medições de grandes quantidades de pontos de forma rápida e sistemática sobre a superfície de qualquer objecto. Desde há alguns anos que são utilizados em levantamentos do património edificado, complementando tecnologias mais antigas como a fotogrametria e a tagueometria. A informação produzida por um SVL designa-se por nuvem de pontos. Em alguns equipamentos, para além da informação métrica é também medida a intensidade da reflectância do raio devolvido após incidir sobre o objecto. Esta informação é armazenada juntamente com as coordenadas cartesianas dos pontos e medida numa escala de 256 valores, vulgarmente designada por escala de cinzas. Desta forma é possível captar imagens "fotográficas" em que a dimensão do pixel corresponde à resolução espacial dos pontos medidos e em que a banda do espectro electromagnético é a do comprimento de onda do *laser* utilizado. Pelo facto destes sensores emitirem a sua própria luz as imagens captadas não são afectadas

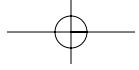


Fig. 2 - "Entrada de Cristo em Jerusalém" (FH)



Fig. 3 - Orto-imagem do mapa de deformações da pintura "Entrada de Cristo em Jerusalém" (SG, Lda.)

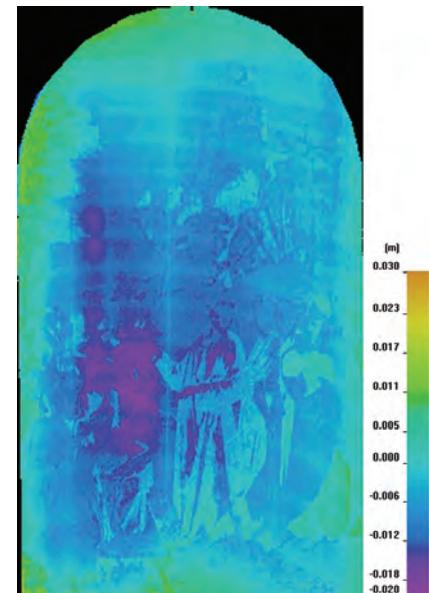


Fig. 4 - Orto-imagem do mapa de deformações da pintura "Ressurreição de Lázaro" (SG, Lda.)

pela iluminação existente, eliminando desta forma todas as aberrações cromáticas.

Como caso de estudo apresentamos dois ensaios efectuados em obras do século XVI, da Charola do Convento de Cristo em Tomar. Referimo-nos a duas pinturas manuelinas, sobre madeira da Flandres (*Q. petraea*), ambas atribuídas à oficina do Mestre Jorge Afonso: "Ressurreição de Lázaro" (fig. 1) e "Entrada Triunfal de Cristo em Jerusalém" (fig. 2).

Entre as múltiplas aplicações destes sistemas no âmbito do património referimos a criação de modelos tridimensionais para ambientes virtuais, as reconstituições virtuais de objectos arqueológicos¹, a criação de ortofotografias, a restituição tridimensional e os estudos de deformações.

No decurso de uma intervenção de conservação e restauro adjudicada pelo IPPAR, e com o apoio do Convento de Cristo, aplicou-se o sistema numa área pouco convencional,

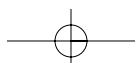
a pintura retabular. Utilizando um SVL com um erro de linearidade de +/-3mm@10m e um comprimento de onda no infravermelho curto obtiveram-se, para além da medição das deformações do suporte das pinturas, resultados inéditos no que respeita ao registo do desenho subjacente e à caracterização de intervenções anteriores ao nível das reintegrações cromáticas, através dos mapas de reflectância dos varrimentos efectuados.

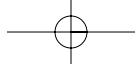
No que concerne ao levantamento da morfologia do suporte da pintura da "Entrada de Cristo em Jerusalém", confirmaram-se as ideias iniciais, obtidas empiricamente durante o processo de intervenção no suporte, acerca dos empenos mecânicos do painel. No mapa de deformações, obtido através da comparação da nuvem de pontos com o plano médio da pintura, observamos um ténue encurvamento para trás na zona de hemiciclo superior, assim como um recuo na zona infe-

rior direita (fig. 3). No que diz respeito à pintura da "Ressurreição de Lázaro" constata-se, também, algumas ideias preconcebidas, associadas às alterabilidades mecânicas das tábuas da esquerda do painel (fig. 4). Com base nestas informações podemos estudar as causas das deformações e prever a alterabilidade do painel a longo prazo, ou seja, a evolução do seu estado de conservação. É ainda possível, através de campanhas periódicas, monitorizar o comportamento dos suportes das pinturas e, desta forma, identificar as acções mecânicas envolvidas.

Quanto ao desenho subjacente da pintura, embora com algumas limitações quando comparado com técnicas convencionais, constatou-se que o mesmo era capturável por este sistema.

A validação dos resultados foi efectuada através do confronto com fotografias digitais de infravermelho e reflectografias de infravermelho, anteriormente efectuadas. As li-





TECNOLOGIAS



Fig. 5 - Ortho-imagem do mapa de reflectância da pintura "Entrada de Cristo em Jerusalém" (SG, Lda.)



Fig. 6 - Registo da reflectância do varrimento laser na pintura "Ressurreição de Lázaro" (SG, Lda.)

mitações deste sistema no que respeita à resolução da imagem do mapa de reflectância estão directamente relacionadas com a sua resolução espacial, sendo de esperar avanços significativos num curto espaço de tempo. Apesar disto é de realçar que estes sistemas permitem a execução de ortofotografias, imagens que não possuem qualquer tipo de deformação, seja ela causada pela perspectiva, seja pela deformação das lentes fotográficas, melhorando significativamente os actuais métodos de registo utilizados em Conservação e Restauro. Uma definição optimizada permitirá identificar a técnica precisa do pintor, a fluidez do traço e uma interpretação precisa das mudanças de composição. Porém, em relação às intervenções de retoque anteriores, foi possível determinar com boa resolução as áreas afectas à intervenção de reintegração cromática, sua heterogeneidade material e extensão (figs. 5 e 6).

Além do desenho subjacente, uma das possibilidades do sistema é a captação e registo de *linhas de referência*, uma técnica pictórica, efectuada na forma de incisão. Apesar de não ser conhecida, até à presente data, a aplicação deste sistema com o objectivo de detectar esta particularidade técnica, pensamos que poderá ser efectuada uma caracterização da superfície extremamente precisa. Existem actualmente sistemas de varrimento *laser*, com precisão de 10 micrómetros². Estaremos assim perante um modelo de caracterização único das *linhas de referência traçadas a ponta seca*, distinto da técnica de registo de imagem por meio da utilização da *radiografia* ou da fotografia de luz rasante.

Em modo de conclusão, é importante salientar que a utilização do SVL implica um sério investimento quer em equipamento e programas informáticos quer nas operações de processamento da informação. Encontram-se actualmente em desen-

volvimento diversas metodologias de processamento deste tipo de dados que deverão contribuir significativamente quer para a melhoria da performance dos SVL quer para as suas aplicações no campo da Conservação e Restauro de objectos artísticos³.

Desta forma, pensamos que num futuro breve, mais estudos sistemáticos de sinergia entre o varrimento *laser* e a conservação e restauro, podem dar outros contributos na caracterização de superfícies, tanto ao nível do diagnóstico e acompanhamento dos tratamentos como na interpretação da técnica pictórica.

Em suma, podemos afirmar que por meio dos SVL, uma técnica que não requer o contacto directo com a obra sendo desta forma não intrusivo, é possível efectuar registos de caracterização de pinturas retabulares, modelando o objecto nas três dimensões. Acresce-se ainda que os mapas de reflectância permitirão novas leituras e interpretações das obras.

Pedra & Cal

NOTAS

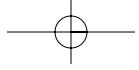
⁽¹⁾ Apresentação efectuada no 2.º Encontro Inter-nacional de Tecnologias aplicadas à Museologia, Conservação e Restauro (EITEC) por Hugo Mi-randa Pires e Pedro Ortiz (Geomática, Lda. / Universidade da Estremadura), em 19 Outubro de 2006 na Universidade de Coimbra.

⁽²⁾ Ver os trabalhos do National Research Council of Canada (NRC) e do Centre de Recherche et de Restauration des Musées de France (C2RMF).

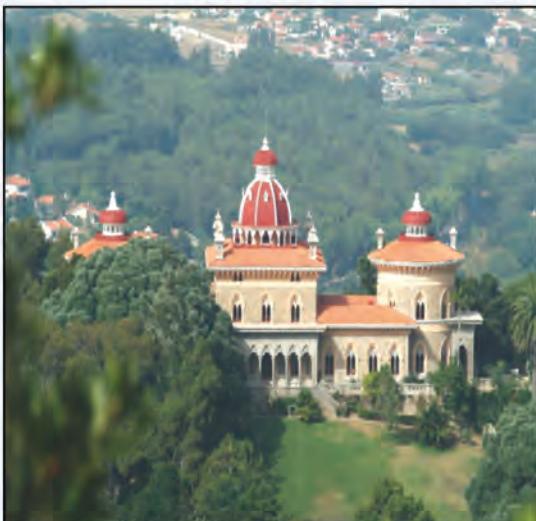
⁽³⁾ Superfície Geomática, Maia, Portugal mail@superficie-geo.com

H. PIRES,
hpires@superficie-geo.com
P. MARQUES,
pmarques@superficie-geo.com
Superfície Geomática, Lda., Maia, Portugal

F. HENRIQUES,
frederico.painting.conservator@gmail.com
Painting conservator, Amadora, Portugal



CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS



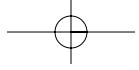
A par de um currículum significativo em obras, algumas de grande complexidade, da área hospitalar, a empresa orgulha-se de uma intervenção crescente em recuperação e reabilitação de património com um cunho de rigor, qualidade e profissionalismo.

A Empresa **LNRibeiro Construções Lda**, fundada em 1989, tem desenvolvido a sua actividade de construção civil e obras públicas preferencialmente na área da reabilitação, remodelação.



Os nossos operários, técnicos e responsáveis fazem reabilitação por opção e gosto. A reabilitação exige particular sensibilidade, total disponibilidade na procura das melhores soluções para cada caso e um grande respeito pelo património arquitectónico.

RUA PAULO RENATO, 3 R/C, C-D 2799-561 LINDA A VELHA
TEL: 214153520, FAX: 214153528, E-MAIL: LNRIBEIRO@LNRIBEIRO.PT



REFLEXÕES

Tema de Capa

O património, o consumo e o espectáculo

"...Tanto o vocabulo como o conceito são modernos. (...) não significa, imperiosamente, nem manter, nem reparar, nem reconstruir, mas sim restabelecer o seu estado final e derradeiro, mesmo que este de facto nunca tenha existido em tempo algum..."¹

A conservação do património é hoje, indiscutivelmente, uma área com valor reconhecido em todos os campos do conhecimento humano e a autenticidade histórica uma questão incontornável nas suas estratégias operativas. Contudo, e como a própria definição do que pode ser transmissível às gerações seguintes como símbolo da identidade cultural se transforma, a noção de património tem naturalmente vindo a evoluir nos últimos anos, e novos problemas e desafios se têm colocado com a ampliação da sua abrangência e transdisciplinaridade.

Fruto das fortes dinâmicas contemporâneas, sentimos actualmente um crescente processo de mercantilização do passado histórico para consumo recreativo, isto é, "vende-se e compra-se" como qualquer outra manifestação cultural².

Recentrado na condição omnipresente do consumo, o discurso do património é actualmente usado em muitos casos como uma estratégia de valorização de produtos ou mesmo como alavanca de produção de novos espaços e realidades.

Se antes, os bens patrimoniais apenas possuíam um valor simbólico ou representativo, hoje estes são atrativo de operações imobiliárias, mais valias de determinados sectores do turismo ou pretexto decorativo de lojas, restaurantes, centros comerciais e

parques temáticos.

Enquadrados pela "trilogia do comércio, da cultura e do ócio"³, os conceitos de património, autenticidade e identidade cultural ficam, muitas vezes, comprometidos nestas formas de "espectaculização" do património, onde este é geralmente usado de forma descontextualizada, produzindo espaços e contextos de "memória" ilusórios.

De entre os vários exemplos, é talvez o centro comercial o que melhor ilustra este modelo emergente. Construído para capturar tanto a imaginação como a capacidade de consumo, esta tipologia comercial apela não só a uma astuta disposição dos espaços e exposição de mercadorias, mas igualmente a um estado de sonho colectivo.

O enorme sucesso dos gigantescos centros comerciais que se multiplicam nos centros urbanos e nas suas periferias está, desta forma, intimamente ligado à sua condição de construtores de simulacros.

Actualmente, as pessoas aderem massivamente aos usos intensivos destes espaços privados de uso colectivo, onde verificamos que as caricaturas de ruas, pátios, jardins e praças, que pontuam os seus espaços cobertos, não são mais do que simulações afinadas e optimizadas do edificado e espaço público urbano tradicional, e que estas são tam-



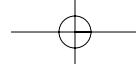
Centro Comercial Via Catarina, Porto



Centro Comercial NorteShopping, Matosinhos

bém espaços onde as vivências urbanas são substituídas por experiências, que apesar de "ageográficas", procuram satisfazer através de uma "simulação controlada"¹⁴ os anseios identitários de memória colectiva, histórica e de lugar dos seus utilizadores.

Curiosamente, em Portugal, encontramos nestes espaços comerciais inúmeros pretextos decorativos e simulacros arquitectónicos à volta da



Centro Comercial Colombo, Lisboa



Centro Comercial NorteShopping, Matosinhos

temática do património industrial. Se muitos resultaram da reconversão directa de espaços ou estruturas industriais onde se recuperaram espaços históricos carregados de memórias com uma nova utilização ou onde apesar de tudo encontramos o uso efectivo de património industrial enquanto complemento ou elemento decorativo, noutros deparamos apenas com uma mera reprodução, sugestão ou tentativa de construção de um simulacro de uma realidade totalmente estranha ao lugar e vulgarmente ligada à temática da arquitectura do ferro.

Estas recriações ou "fantasmagorias"¹⁵, embora reproduzam, indubitavelmente, um desejo de contacto com o sentido tradicional do património, são, no entanto, meras cópias de lugares de ficção, impostas por um mercado sedento de uma alteração do quotidiano. Convertido o cidadão num consumidor e a vida urbana

num produto, o carácter mimético que estas tipologias comerciais procuram formalmente atingir, é acima de tudo a prova cabal de uma mudança de perspectiva, que agora identifica uso com consumo e património com simulacro.

Perante esta dificuldade de "manter um sentido de continuidade histórica num contexto do efémero e acumulação flexível", é contudo irónico verificar que muitas tradições e bens patrimoniais se preservam, exactamente, se "comercializados e mercantilizados", embora destinados a "produzir uma imagem, um simulacro, um pastiche"¹⁶. Contudo, encontramos também, em intervenções submetidas a estratégias puramente comerciais, tentativas efectivas de manter vivo o espírito ou o imaginário da herança do património industrial ou conservar autenticamente as suas peças.

Ora será exactamente neste ponto, em que não se distinguem claramente as fronteiras entre o que é ficção e realidade, entre que é espectáculo e património, que surgem as dúvidas e conflitualidades entre autenticidade e identidade.

Como se de um cenário se tratasse, as fachadas aparentes e unidimensionais, as galerias de circulação e as cúpulas em ferro e vidro, os objectos cenograficamente enquadrados e as iluminações estudadas constroem espaços hiper-reais, onde a identidade histórica do edifício ou local onde este se implanta ou a autenticidade dos bens patrimoniais que nele participam ou que nele estão expostos não se distinguem do contexto em que estão inseridos.

A sensação que nos atravessa ao olharmos para esta situação particular, como para tantas outras semelhantes na área da salvaguarda do património hoje, reforça a ideia que presenciamos uma época em que o

consumo se encontra infiltrado em todos os fenómenos e em que tudo aspira a ser transformado em espectáculo, e que mais do que lançar novas problemáticas, parece colocar velhas questões.

Será que as actuais preocupações de rentabilização económica das operações de conservação ou requalificação de património cultural, na sua tentativa de produzir imagens capazes de ser agilmente lidas, não estarão a criar falsas memórias que são entendidas como um estado final e derradeiro, mesmo que estas de facto nunca tenham existido em tempo algum? Pedra & Cal

NOTAS

¹⁵ Eugène-Emmanuel Viollet-Le-Duc, *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Francaise du XIe au XVIe siècle*, vol. 8. Paris, 1854.

¹⁶ Robert Hewison. *The heritage industry*. (Londres: Methuen, 1987).

¹⁷ Margarida Louro. www.cidade.consumo (Barcelona: ETSAB-UPC, 2002).

¹⁸ Michael Sorkin (ed.). *Variaciones sobre un parque temático*. (Barcelona: Gustavo Gili, 2004).

¹⁹ A noção de fantasmagoria, enquanto transfiguração falseadora e enganadora, ocupa um lugar central na obra de Walter Benjamin e, em especial, nas suas descrições das exposições internacionais e arcaicas comerciais parisienses ou "passages", dos finais do século XIX (Walter Benjamin, *Das Passagenwerk*, 1927-39; editado postumamente por Rolf Tiedemann; Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1983). Aparece, mais recentemente, referido no artigo "Il centro commerciale: Fantasmagoria II" de Richard Ingersoll (Milão: Casabella, 586/587, 1992), onde este classifica esta tipologia comercial como fantasmagoria do século XX.

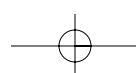
²⁰ David Harvey. *Condição Pós-Moderna*. (São Paulo: Loyola, 1992).

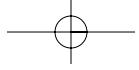
MIGUEL SILVA GRAÇA,

Arquitecto, docente universitário.

Desenvolve o projecto de Tese Doutoral "*Identidade, Mutação e Crise*", sob orientação da Prof.^a Doctora María Castrillo Romón, do Departamento de Análisis e Instrumentos de Intervención Arquitectónica y Urbana da Universidad de Valladolid, Espanha.

msg@codaserver.org





Reinventar o Parque Mayer Salvar e recuperar o Capitólio



O Capitólio na actualidade: vista geral do edifício

O Parque Mayer é um dos espaços de Lisboa mais significativos, dentro da área de expansão principal da cidade na transição dos séculos XIX-XX. Seguindo o eixo da Avenida da Liberdade, ele situa-se aproximadamente a meio do trajecto, do lado esquerdo para quem sobe. Foi inicialmente o jardim do palacete Mayer, a ele contíguo a nascente, e que faz frente para a avenida e para a rua do Salitre (é hoje o Consulado de Espanha).

No fundo, podemos dizer que o Parque Mayer, com os seus teatros e esplanadas, jogos e restaurantes-tascas, herdou e prolongou a tradição

dos lugares de folia que tradicionalmente se situavam às portas da cidade, representando de algum modo a passagem da ordem urbana para o "caos" (e a dimensão do "lúdico") de fora-de-portas. A rua do Salitre era o percurso de saída histórico, deste lado de Lisboa. Do Passeio Público ao Circo do Salitre, o período de Setecentos a Oitocentos assistiu à localização nesta área de lugares de diversão e de saída ou entrada na cidade. Neste sentido, toda a área da rua dos Condes e das Portas de Santo Antão constitui igualmente um núcleo lúdico, ligado às portas da cidade (aqui me-

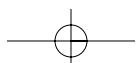
dieval), e cujo prolongamento histórico, funcional e festivo reencontramos na bolsa urbano-rural que o Parque Mayer representa.

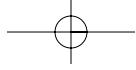
O seu tempo de apogeu, sobretudo na primeira metade do século XX, está assinalado nas formas arquitectónicas dominantes do recinto, datando dos anos 1930. Para além das fachadas modestas e populares do *Variedades* ou do *Maria Vitória*, sobressaem os estilos Art Deco e Modernista, em que o arquitecto Cristino da Silva desenhou o pórtico de acesso (com os espectaculares "pilares de luz") e sobretudo o *Capitólio*.

As *Revistas*, espectáculos populares de teatro, dança e música, foram a alma deste recinto, cuja decadência atravessou toda a segunda metade de Novecentos. Sucessivas tentativas de reconversão do espaço (em escritórios, em habitação, em comércio), foram falhando sempre com o protesto dos artistas e viventes do "Parque".

É porém indiscutível que, do ponto de vista arquitectónico, o salão de music-hall, cinema e teatro *Capitólio* se define, desde 1931, como a "peça" marcante de todo o recinto "mayerense". Obra classificada, mas inaceitavelmente destroçada e decadente, merece a nossa atenção especial neste texto.

Depois de muitas hipóteses colocadas para a recuperação ou renovação do Parque Mayer, nos últimos e atribulados anos da gestão municipal, culminando no projecto de Frank Gehry, que previa a destruição pura e simples do Capitólio; depois do edifício ter sido incluído, em 2005-2006 (vergonhosamente para Portugal) na lista mundial de edifícios valiosos em perigo de





O espaço principal do interior do Capitólio: a sala de espectáculos



Utilização de extensas vigas em betão para suporte da cobertura (obra arrojada do eng.º Bélard da Fonseca)

destruição; depois de ter sido finalmente anunciado publicamente que o edifício seria recuperado eis a oportunidade para pensar realmente na salvaguarda deste precioso testemunho da primeira arquitectura modernista portuguesa. Na oportunidade, reeditamos e adaptamos parte de um texto de alerta e de reflexão, publicado no Expresso em 2003.

"(...) De facto, o Capitólio constitui, na sua eloquente ruína actual, um monumento do século XX, nada mais do que "...a primeira obra modernista da arquitectura portuguesa" (cf. "Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado", Lisboa, IPPAR, 1993, vol. 2, pág. 73). A sua classificação como Imóvel de Interesse Público tem cerca de vinte anos (Decreto n.º 8/83 de 24/1). Assim e bem, o entendeu digna e esperançosamente a inovadora gestão municipal de 1989-90, que em sessão histórica nele realizada, anunciou as iniciativas previstas para uma "Lisboa Nova" planeada e modernizada entre as quais, o plano para a Avenida da Liberdade, então decidido e malogradamente implementado.

Este tão precioso como desprezado edifício, obra do arquitecto Luís Cristino da Silva (1896-1976), autor da Praça do Areeiro, do Café Portugal e (curiosamente) do Casino de Monte Gordo, entre muitas obras que o colocam na primeira linha da geração modernista dos anos 1930, é em si mesmo uma edificação revolucionária, que marcou na época a introdução no nosso país de tecnologias, conceitos e funções inovadoras.

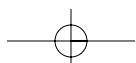
Na ocasião da grande exposição dedicada a este arquitecto, em 1998 (depois itinerante em várias escolas de arquitectura do país até 1999) a Fundação Gulbenkian teve a oportunidade de incentivar o estudo aprofundado da sua obra, com base no espólio do autor doado à instituição, e com uma longa preparação expositiva que permitiu conhecer com muito detalhe a história do Capitólio um dos ex-libris de Cristino como criador modernista (foi até produzida uma minuciosa maqueta em madeira).

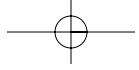
Deste modo, sabemos que do Capitólio, projectado e edificado entre 1925-1931, devem ser destacados, entre vários atributos notáveis, o ter sido um inovador "salão de music-

-hall e variedades", agrupando pela primeira vez a sala de espectáculos interior (para teatro, com palco e camarins anexos) e o cinema sobre o terraço superior, ao ar livre; o ter utilizado extensas vigas em betão para suporte da cobertura (obra arrojada do eng.º Bélard da Fonseca) permitindo assim amplos espaços livres de apoios intermédios; o ter tido as famosas "rampas rolantes" de acesso ao terraço, maravilha me-



Foyers do Capitólio: o acesso à sala de espectáculos





OPINIÃO

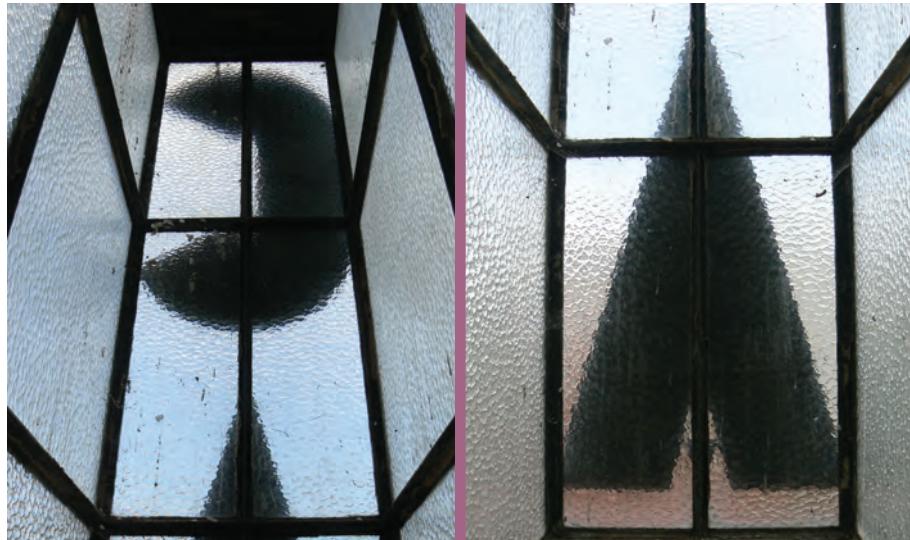
Tema de Capa

cânica desta feérica e luminosa época Art Deco; e o ter incluído os vastos envidraçados móveis, laterais, que Cristino idealizava como painéis policromos em vitrais de padrões geométricos, e que, abrindo no Verão, permitiam a consagração de uma das qualidades mais gratas do Espaço da Arquitectura Moderna: a interligação interior-exterior, a transparência luminosa entre "dentro" e "fora", entre público e privado...como Frank Lloyd Wright ou Mies Van Der Rohe então se esforçavam por provar. (in catálogo "Luís Cristino da Silva Arquitecto", Lisboa, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1998, págs. 64-65).

(...) Que obra notável não seria, encomendar hoje a um arquitecto qualificado a recuperação do Capitólio, com a reconstrução do seu espaço original (que Cristino já revisitava, saudoso, uma última vez, em desenho seu de 1974) - abolindo os acréscimos espúrios que adaptações mesquinhas introduziram indevidamente neste precioso organismo? Seria promover uma obra de cultura, evidente e, num país com uma visão contemporânea minimamente 'decente', não seria necessário estarmos aqui a insistir neste ponto, porque ele devia ser aspiração municipal e oficial, já que apenas deseja respeitar e restaurar um legado, único e indiscutível, da arquitectura portuguesa e moderna de Novecentos.

Eis, em suma, as razões porque achamos que o Capitólio é uma peça incontornável, constituindo mesmo o ponto de partida obrigatório, para qualquer concepção arquitectónica e urbanística de um novo espaço no Parque Mayer. Reforçemos a ideia, a finalizar, com estas constatações:

1 a implantação central do Capitólio, evidentemente intencional, no coração do espaço lúdico e públi-



Painéis policromos em vitrais de padrões geométricos

co daquele recinto. Bem o entenderam várias das propostas que equipas de arquitectos convidados a conceber o novo espaço apresentaram, nos últimos anos. Esta localização evidente é realçada pela simetria da sua composição formal, com a torre de vidro altaneira no grande corpo prismático abstracto; não deve pois ser negada ou contrariada, mas antes entendida e reafirmada.

2 a sua complexidade espacial e volumétrica, não obstante a aparente simplicidade de aspecto, com a potencial transparência lateral dos envidraçados, e o terraço superior aberto a toda a sua volta. Estes dois aspectos, bem entendidos e recuperados, poderiam facilmente ser a base da reafirmação, com sentido actual e activo, da sua centralidade funcional e estética: um verdadeiro "monumento moderno", no meio da praça pública do velho parque. Pode o Capitólio ter sido malquerido, ou até preterido, no âmbito múltiplo outros espaços, mais populares, da revista do parque; pode ter estado longos anos decadente, pornogerido e abandonado (lá vi "O Gigante" no terraço já mal coberto

dos anos 60, ou o "Garganta Profunda" nos escândalos saborosos do pós-25 de Abril); mas não podemos ignorar a sua mais valia, o seu valor arquitectónico, cultural e histórico, que tornaria crime a sua demolição, ou, pior ainda, por extremo cínica a alegada "recuperação de fachada" transposta para outro local (mas que é isto? Entramos no kitsch bacoco da Disneylândia?). Olhemos de frente os nossos valores, mesmo que problemáticos, e estaremos a respeitar o país, Lisboa e a sua comunidade urbana."

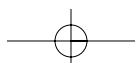
NOTA

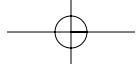
Fotografias cortesia do grupo de trabalho "Cidadãos pelo Capitólio".

Lembramos que, desde o dia 21 de Junho de 2005, o Capitólio é um dos 100 monumentos presentes na "World Monuments Watch - 100 Most Endangered Sites", uma lista elaborada pela World Monuments Fund.

**Grupo de Trabalho
Cidadãos pelo Capitólio**

**JOSÉ MANUEL FERNANDES,
Arquitecto**





Tema de Capa

II Bienal Internacional da Luz Luzboa

A Luzboa II Bienal Internacional da Luz, realizada no passado Setembro na Capital, constituiu uma vez mais uma experiência urbana transversal, pluridisciplinar que colocou quanto ao Pensamento sobre a cidade questões pertinentes no que diz respeito à relação entre Arte, Intervenção Cultural, Arquitectura e Urbanismo, Património e Espectáculo.

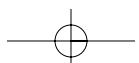


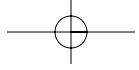
Hetpakt. Fado Morgana nas Escadinhas de São Cristóvão

Hoje, Cidade que se queira competitiva não apenas no sentido redutor da linguagem económica mas atractiva, exige que os seus gestores e programadores ou não fosse a Cidade sistema programável e ela própria evento de Cultura com um "E" muito grande , estejam muito atentos às ferramentas disponíveis para se "fazer cidade". A Luzboa, criada pela Extra]muros[em 2004, e que tem contado com inúmeras instituições para levar a cabo uma inédita intervenção cultural e artística no espaço urbano a partir da Metáfora da Luz e da iluminação constituiu portanto, até porque se reafirmou por meio de uma segunda edição muitíssimo visitada e de inquestionável impacto mediático, uma metodologia-de-base para chamar a atenção de profissionais e amadores para o papel da Luz na importante questão da Imagem Urbana.

Para a Câmara Municipal, assim como para a EDP Energias de Portugal, principais entidades que tornaram a iniciativa possível, assim como para as várias empresas de referência no mundo restrito e competitivo da Iluminação Urbana, a Luzboa é certeza um Evento sempre imperfeito, cujo sucesso se afirmará acima de tudo pela forma como vai perdurando na ideia dos visitantes a noção de que há *Luz na Cidade* e que esta tem aspectos materiais e físicos, mas também imateriais e simbólicos, que nenhum outro *medium* como a Luz tem condições para valorizar.

Ou seja, se um Evento chama a atenção para os tradicionais eléctricos com a mesma dignidade com que ilumina uma fachada nobre, se recorda aos transeuntes o berço do fado e ao mesmo tempo faz pensar sobre a forma como o território é gerido no quotidiano, se o faz recor-





Quadro de Honra

Pedra & Cal



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.

LNRIBEIRO
CONSTRUÇÕES Lda



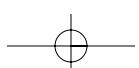
Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.

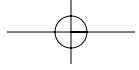
SOMAFRE
CONSTRUÇÕES

Do número apreciável de empresas que têm manifestado interesse na conservação do património arquitectónico português e nas actividades do GECoRPA, foi seleccionado um grupo restrito de patrocinadores da revista *Pedra & Cal*.

Para distinguir essas empresas, particularmente empenhadas no sucesso da revista, foi criado o presente Quadro de Honra.

A Direcção do GECoRPA





EVENTOS

Tema de Capa



rendo a artistas de imaginação transbordante e que recorrem a meios técnicos de inapelável magia para o cidadão comum, então a Luzboa, factor importante no *marketing da cidade*, tem uma função fundamental na criação de um verdadeiro espírito de urbanidade. Sem esse espírito de curiosidade pelos dados históricos e respeito pela identidade, embora sempre em abertura à irreverência e imprevisibilidade da Arte Urbana, não sabemos se a igualmente necessária política de preservação, conservação e dinamização do Património não se tornaria um fenómeno distante para as massas, um 'luxo' que não compreenderiam porque não lhes tinha sido dado previamente a conhecer a verdadeira essência da cidade como diz Manuel Graça Dias no filme *Lisboa Capital do Nada* [2002], esse facto de que "uma cidade é um organismo fascinante precisamente porque nunca podemos conhecê-lo na totalidade". Este foi o espírito da Luzboa em 2006: dar a ver, por meio de ferramentas conceptuais, técnicas e artísticas, aspectos da cidade que por vezes nem os especialistas têm

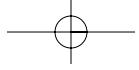
totalmente presente: pode aí entrar a vontade de valorizar um eixo urbano, tornado experiência de reconhecimento [como aconteceu com o forte Projecto RGB, que transfigurou as ruas em ambientes de Vermelho, Verde e Azul]; ou o desejo de dignificar um rosto-paisagem num miradouro único de Alfama; pode surgir a reflexão sobre margens sociais [o projecto dos cidadãos-mendigos de Javier Nuñez Gasco] ou a "simples" habitação de um Largo tradicional, cuja delicada traça em puro "pastiche" retro se viu tornada numa "ilha de mar", avalanche sonora de gravações e música ao vivo inspirada no universo dos Faróis [Adriana Sá]. Estes são alguns dos muitos modos de *fazer cidade* que um evento efémero pode concretizar. Outros podem ser conferidos em www.luzboa.com. Mas como afirma João Augusto da Silva Appleton algures no ciberespaço "a Luzboa, entre nós, é um pequeno exemplo do efeito do que se pode retirar de um plano de iluminação". Em suma, Cultura e Espectáculo, para uma organização como a da Luzboa, é a oportunidade de aumentar o im-

pacto afectivo e sensorial de uma Cidade e do seu Património, num registo de enunciação de valores [a Luz] e tópicos de evolução [a Iluminação Urbana], longe portanto de a) exercícios estéreis de espectacularização do lugar comum; b) arbitrariedades desnecessárias sobre a Imagem Urbana e o Património Edificado de um ESPAÇO PÚBLICO que, por princípio, teria de ser de todos. Utopia? Não, Projecto Urbano.

NOTA

O Livro-catálogo da Luzboa e um DVD serão colocados à venda durante o Verão.

MÁRIO CAEIRO,
Director da Bienal Internacional da Luz



Como retomar as vivências comunitárias locais

Centro Republicano 5 de Outubro em Mina de São Domingos

A localidade de Mina de São Domingos, em Mértola, representa um marco singular no Baixo Alentejo, quer pela sua forte identidade social quer pela especificidade urbana e construtiva que ainda preserva.

Enquanto antiga zona de exploração mineira, a Mina de São Domingos oferece registos construtivos próprios, desde logo marcados pela imagem dos alinhamentos de casas de piso térreo, dispostas em banda, de traça comum, que ainda hoje são identificadas pelos locais como "casas dos mineiros".

Estas construções são igualmente singulares na sua caracterização construtiva original: compostas por paredes exteriores e interiores em taipa e coberturas de águas simples ou duplas, constituindo-se ainda hoje como objecto de estudo enquanto solução construtiva típica. O Centro Republicano 5 de Outubro (fig. 1) é uma construção de natureza construtiva similar, na sua essência, que serviu a população até aos dias de hoje, com funções associadas ao comércio e restauração. No



Fig. 2a Parede interior em adobe

Fig. 2b Heterogeneidade de suportes encontrados

Fig. 2c Suporte provisório de parede interior a demolir

entanto, no passado recente do imóvel, não se proporcionou uma promoção plena da vivência do espaço e da sua envolvente.

Nessa perspectiva da revalorização e usufruto dos espaços sociais da Mina de S. Domingos, a Câmara Municipal de Mértola conduz actualmente um processo de remodelação desse espaço, no qual se inclui a remodelação do Centro Republicano 5 de Outubro, cuja empreitada foi recentemente levada a cabo pela empresa Monumenta, Ld.^a.

ralela a esta, que acompanha a fachada de tardoz, tendo dois corpos anexos onde funcionaram instalações sanitárias e de apoio.

A execução plena da empreitada constituiu um trabalho singular, não só pela especificidade e rigor das soluções previstas em projecto de arquitectura, mas igualmente pelo desafio de adequar as soluções à diversidade de suportes existentes em paredes - em alvenaria de pedra, alvenaria de tijolo, taipa e adobe (figs. 2a, 2b e 2c).

Tratando-se de uma construção com suporte em paredes de taipa e adobe, conduziu à necessidade de uma fase preliminar de inspecção, diagnóstico e discussão das soluções mais adequadas à sanidade estrutural da construção, preservando a sua identidade construtiva, e conducente à durabilidade imposta por uma intervenção desta natureza.

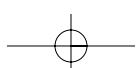


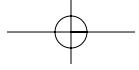
Fig. 1 - Vista exterior do Centro Republicano

CARACTERIZAÇÃO

E ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O edifício do Centro Republicano é caracterizado por um conjunto de zonas funcionais distintas: um corpo principal de cobertura em duas águas, dividido em duas faixas de circulação: uma primeira que acompanha a fachada principal e uma outra, pa-





Nessa medida, foram avaliadas opções respeitantes a:

1. definição dos elementos de parede a desmontar ou a manter;
2. compatibilidade entre soluções construtivas distintas; comportamento previsto ao longo da sua vida útil;
3. garantia da adopção de soluções de minimização do efeito da água sobre os suportes em terra;
4. reforço e consolidação dos suportes;
5. promoção da aderência dos materiais de revestimento tradicionais aos suportes em terra, prevenindo em simultâneo eventuais efeitos danosos na integridade dos suportes em terra.

Esta fase, embora inicialmente imprevista, constituiu a fase decisória determinante para a validade da intervenção que se seguiu.

INTERVENÇÃO

A intervenção realizada pretendeu converter os espaços já existentes a uma nova funcionalidade, por via da substituição do sistema de cobertura, da reformulação das redes eléctricas; de águas, esgotos e gás; execução de acabamentos, conferindo uma imagem renovada à construção, tornando-a apta a receber os visitantes em eventos de natureza social, cultural ou recreativa.

Os trabalhos incluíram também a valorização do espaço em terraço exterior à construção, tornando-o mais versátil nas suas utilizações futuras possíveis.

A remodelação do Centro Republicano foi idealizada em fase de projecto de arquitectura com vista à revitalização do espaço, permitindo retomar e promover as vivências de comunidade locais. Nessa perspectiva, o seu programa funcional gira em torno de uma sala polivalente de grandes dimensões, de pé-direito



Fig. 3a Estrutura de cobertura em asnas de madeira

Fig. 3b Pormenor de iluminação natural



Fig. 4a Execução de revestimentos de parede interior

Fig. 4b Fase e assentamento de revestimento cerâmico na sala polivalente

único e elevado, com corredor superior em "mezzanine" na sua periferia, permitindo-se a montagem de um palco interior para espectáculos. Esse espaço será servido por outros em seu redor, tais como o bar, a cozinha, a sala de estar e as novas instalações sanitárias; num piso superior situa-se o espaço destinado à sede do organismo gestor do espaço.

A empreitada consistiu nas seguintes fases principais:

1. desmonte e protecção da cobertura existente;
2. desmonte de paredes interiores degradadas (figs. 2a e 2c);
3. remoção dos revestimentos;
4. remoção de equipamentos e instalações existentes;
5. reconstrução de paredes interiores, consolidação de paredes existentes

em taipa (paredes exteriores) e adobe (paredes interiores);

6. reformulação do sistema de cobertura: composto por asnas em vigas de madeira à vista, painel de isolamento do tipo "sandwich", sub-telha e revestimento em telha canudo (figs. 3a e 3 b);

7. Execução de novas instalações: electricidade, águas e esgotos, gás;

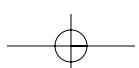
8. Execução de revestimentos de piso e paredes (figs. 4a e 4b);

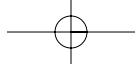
9. Montagem de serralharias em escadas e estruturas em "mezzanine";

10. Assentamento de carpintarias - vãos exteriores e equipamentos interiores.



LUÍS PEDRO MATEUS,
Engenheiro Civil, Mestre em Construção,
Monumenta, Ld.^a



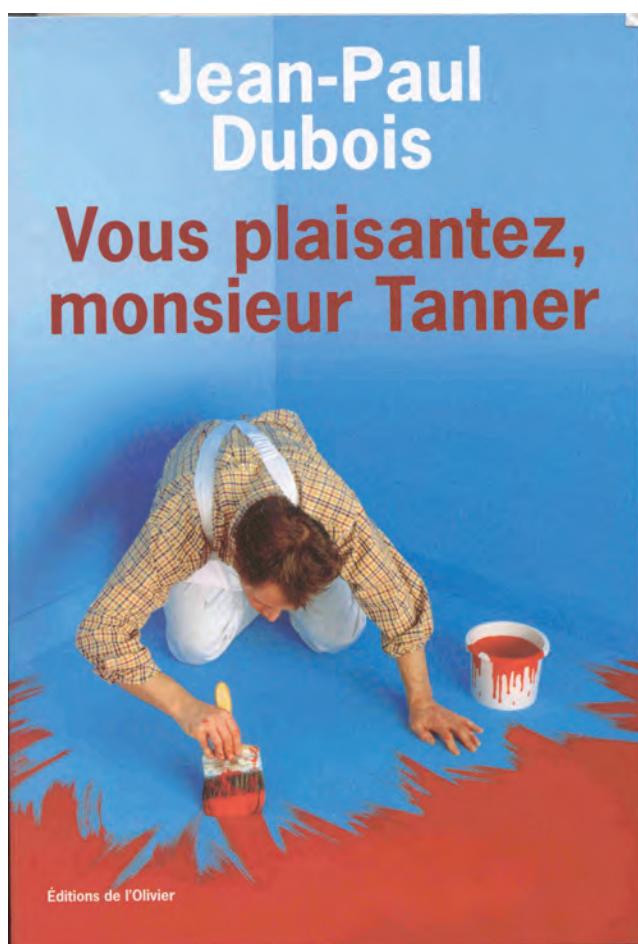


"Vous plaisantez Mr. Tanner"

ou o martírio da recuperação de um imóvel

O principal mérito deste cômico e leve livro de Jean-Paul Dubois (que se lê numa viagem de avião Paris-Lisboa) é o de nos fazer sentir, a nós, Portugueses, que não estamos sós no mundo da construção civil: o mal, afinal, grassa por todo o lado. Curiosamente, os "diligentes" operários com os quais o Mr. Tanner, um incerto profissional liberal que tem a (in)felicidade de herdar uma antiga casa de campo, se vê malograda-mente envolvido são, todos eles, estrangeiros, ou seja, não franceses, variando entre os hispânicos, os russos e outras nacionalidades difusas.

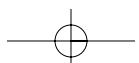
À parte este enraizado chauvinismo francês, o livro retrata alguns dos dilemas re- correntes de quem tem a coragem de enveredar pelo mundo da recuperação de edifícios. Em primeiro lugar, a prática de preços astronómicos acaba por ser convidativa do recurso ao mercado paralelo e, aí, reina o caos: a seriedade e ética profissionais, a qualidade do trabalho, os mecanismos legais para a

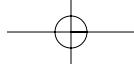


garantia do mesmo (seguros), são termos que não fazem parte do vocabulário desse mercado negro. No caso do pobre Mr. Tanner, o prejuízo provocado por uma equipa de

dois biscoateiros acaba por ser de tal ordem, que ele próprio passa a assumir o comando da obra, contrata-ndo técnicos especializados à medida que a necessidade assim o exige.

Nesse momento, surge a se- gunda leva de problemas associados a estes ditos técnicos especializados: o não cumprimento dos prazos acordados, não aparecendo no local de trabalho durante semanas a fio, não respon- dendo aos insistentes e desesperados telefonemas do dono da obra, até ao dia em que, como que saído do ne- voeiro, surge o dito canali- zador contratado havia qua- tro semanas atrás; ou então o técnico que, vítima de uma traição pela mulher, ex- pia o seu mal no local de tra- balho, transformando a obra e o seu proprietário em parte substantiva da sua catarse; ou, finalmente, o simples electricista que, perante uma urgência, se mostra disponível a colaborar mediante o pagamento de uma mera quantia fabulosa que lhe permita sustentar, por exemplo, o Mercedes desporti-





LIVROS LIDOS

vo no qual transporta as suas ferramentas.

No campo dos recursos humanos, nem tudo são desilusões numa obra de recuperação de um imóvel: há também o técnico que, depois de provocar um pequeno dano na obra, dano perfeitamente recuperável, recusa o pagamento de todo o seu trabalho tal é o seu brio profissional. Aliás, o livro é-lhe dedicado pelo autor.

Jean-Paul Dubois parece ter ficado fortemente marcado pela empreitada na qual se envolveu: não refere, em toda a obra, qualquer aspecto positivo em termos de experiência, de conhecimento, de dinâmica gerada. Talvez contribua para isso o facto do livro terminar ainda com a recuperação em curso. Contudo, inclinamo-nos mais para as sequelas permanentes: consumidor de recursos, de humores, de forças, o autor vê o estaleiro como um inimigo permanente, especialmente materializado no grupo de operários.

Veja-se esta passagem : "Il faut à la fois travailler au jour le jour, construire, remodeler un univers démesuré à la force de bras modestes, penser à la suite, programmer le meilleur, envisager le pire, alimenter le chantier en matériaux un chantier est, par essence, constamment affamé , régler des sommes vertigineuses une rénovation est, par définition, un gouffre , surveiller le travail des artisans qui viennent faire une prestation un artisan est, par nature, une menace latente , supporter, enfin, les mensonges, les ruses, les retards, les approximations de ces corps de métiers qui, il ne faut jamais l'oublier, n'ont été constitués que pour concourir à votre ruine. A endurer pareilles tortures, on

perd très vite ses forces, sa santé, aussi bien mentale que physique, ses économies, sa lucidité, bref, sa raison".

Apesar de não sabermos qual a experiência do Mr. Tanner ou do autor (que se confundem) em matéria de construção nova (podendo ser este negativismo um traço de carácter e não da especificidade da

obra em si mesma), estamos certos da seguinte recomendação: para todos aqueles que se prestam, no presente, a iniciar uma obra desta natureza, não leiam este livro!

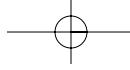
CATARINA VILAÇA DE SOUSA,
Historiadora da Arte

25 Anos

Projecto, Gestão e Fiscalização de Obras
Coordenação de Segurança e
Acompanhamento Ambiental

Edifício Campo Grande 28, 12º andar, Salas B e C 1700-093 Lisboa
Tel. 21 796 32 14 Fax. 21 796 30 46 , email; geral@pengest

pengest
planeamento, engenharia e gestão s.a.



Carta sobre o uso de locais antigos de espectáculo

O colóquio sobre "Novas tecnologias e a valorização de locais antigos de espectáculo", realizado em Verona (Itália), em Agosto de 1997, culminou o processo de redacção da *Carta sobre o uso de locais antigos de espectáculo*, que começara em 1993 no âmbito das reuniões de trabalho da Rede Europeia de Locais Antigos de Espectáculo, promovida por iniciativa do Conselho da Europa.

A *Carta* começa por referir que "os locais antigos de espectáculo, como sejam os teatros, os anfiteatros e os círcos, são dos raros monumentos que, em certos casos, têm mantido a função original desde que foram construídos. Locais de memória, eles constituem um património que abrange não só os monumentos da época greco-romana, mas também a história das alterações que lhes foram sendo feitas, dos sucessivos usos que lhes foram conferidos e das tradições culturais e artísticas a eles associados. Actualmente, o objectivo é preservar um manancial de informação científica, gerir os monumentos numa perspectiva de desenvolvimento e, quando as circunstâncias o permitem, infundir nos locais antigos de espectáculo, uma vez mais, a sua função de locais de criação artística, de convívio e de emoção."

Em seguida, a *Carta* aborda seis aspectos:

- (i) preservar os recursos patrimoniais;
- (ii) transmitir fielmente os conhecimentos;
- (iii) facilitar a compreensão pelo pú-



blico;

- (iv) valorizar os sítios mantendo-os em uso;
- (v) gerir os locais antigos de espectáculo contribuindo para o desenvolvimento durável;
- (vi) melhorar os saberes-fazer através do trabalho em rede.

Como primeiro Anexo, a *Carta* apresenta "Orientações técnicas relativas às condições de uso de locais antigos de espectáculo", que aprofundam os seguintes temas:

- (i) preservação dos recursos patrimoniais e fidelidade da informação;
- (ii) qualidade do acesso ao público;
- (iii) valorização dos sítios mantendo-os em uso;
- (iv) adopção de códigos de boas práticas adaptados a cada sítio;
- (v) cooperação em rede.

O segundo Anexo é a *Declaração de Segeste*, documento preparatório da *Carta* que foi elaborado por ocasião

de um colóquio realizado nesta cidade siciliana, de 17 a 20 de Setembro de 1995, no âmbito da referida Rede Europeia de Locais Antigos de Espectáculo. A *Declaração de Segeste* debruça-se de forma genérica sobre a necessidade de:

- (i) salvaguardar o património arquitectónico antigo;
- (ii) desenvolver o conhecimento e a valorização do património cultural;
- (iii) valorizar os locais antigos de espectáculo pelo seu uso como locais de produção artística.

Dez anos passados após a redacção da *Carta sobre o uso de locais antigos de espectáculo*, vale a pena conhecer o seu conteúdo no sítio do Conselho da Europa (www.coe.int/T/E/Cultural_Co-operation/Heritage/Resources/RefTxtCultHer.asp). Página 46/60

**MIGUEL BRITO CORREIA,
Arquitecto**

Os Arrendamentos Comerciais à luz da Nova Lei do Arrendamento

A norma transitória do art.º 26.º do Novo Regime do Arrendamento Urbano (de agora em diante, NRAU), na versão inicial do projecto-lei do Governo, prescrevia que: "Aos contratos celebrados na vigência do DL 321-B/90, de 15.10 (RAU), continuam a aplicar-se as normas aí previstas relativas a duração, renovação e denúncia".

Tal significava que os contratos de arrendamento comercial celebrados na vigência da lei revogada o RAU

, continuavam, no que diz respeito à sua "duração, renovação e denúncia" a ser regulados pela lei anterior.

Esta solução era, efectivamente, não só de bom senso, como também a que respeitaria o princípio geral previsto no n.º 1 do art.º 12.º do Código Civil, da aplicação da lei nova apenas para o futuro (não retroactividade da lei).

Contudo, não foi aquela a redacção final do art.º 26.º do NRAU que é a seguinte:

"1 Os contratos celebrados na vigência do Regime do Arrendamento Urbano (RAU), aprovado pelo DL n.º 321-B/90, de 15.10, passam a estar submetidos ao NRAU, com as especificidades dos números seguintes. ()

3 Os contratos de duração limitada renovam-se automaticamente, quando não sejam denunciados por qualquer das partes, no fim do prazo pelo qual foram celebrados, pelo período de três anos, se outro superior não tiver sido previsto, sendo a primeira renovação pelo período de cinco anos no caso de arrendamento para fim não habitacional

()".

Aliás, por força do estabelecido no n.º 1 do Art.º 59.º do NRAU com a epígrafe "Aplicação no tempo", as normas do Novo Regime *aplicam-se mesmo às relações contratuais que subsistam à sua data*, ou seja, aos contratos de arrendamento comercial celebrados à sombra do anterior Regime do Arrendamento Urbano (RAU) aprovado pelo DL n.º 321-B/90, de 15/10 e alterado pelo DL n.º 257/95, de 30/09.

O NRAU pôs em vigor a partir de 28 de Junho de 2006 a seguinte norma do Código Civil (de agora em diante CC) relativa a matéria de *duração, denúncia e não renovação* dos contratos de arrendamento comercial:
"Artigo 1110.º

Duração, denúncia ou oposição à renovação

1 As regras relativas à duração, denúncia e oposição à renovação dos contratos de arrendamento para fins não habitacionais são *livremente estabelecidas pelas partes*, aplicando-se, na falta de estipulação, o disposto quanto ao arrendamento para habitação.

2 Na falta de estipulação, o contrato considera-se celebrado com prazo certo, pelo período de 10 anos, não podendo o arrendatário denunciá-lo com antecedência inferior a um ano".

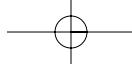
Como resulta claramente da nova redacção do n.º 1 do art.º 1110.º do CC, o legislador consagrou aqui o princípio da liberdade de estipulação das partes, quanto à duração do contrato, seu regime de denúncia



e de não renovação do contrato.

Tal significa que as partes podem livremente acordar a duração do arrendamento comercial que pretendem celebrar, sem prazos mínimos e pelo prazo máximo de 30 anos, já anteriormente previsto na lei, o qual passou para a lei actual como sendo o prazo máximo de vigência do arrendamento.

Podem, igualmente, prever os pré-avisos de denúncia que entendem, seja de denúncia a todo o tempo, seja apenas só para o final do contrato. Existe aqui uma importante alteração *pro senhorio*, relativamente ao *regimen* anterior do RAU, pois, nos termos do n.º 4 do art.º 100.º daquele regime (RAU) aplicável aos contratos de arrendamento comercial por força do disposto no n.º 2 do art.º 117º, o arrendatário podia "() revogar o contrato, a todo o tempo, mediante comunicação escrita a enviar ao senhorio, com a



antecedência mínima de 90 dias sobre a data em que operam os seus efeitos".

Por força de tais disposições, o arrendatário podia revogar os contratos de arrendamento de duração certa, com prazo inicial de 5 anos, mesmo durante esse período em curso, desde que o arrendatário o comunicasse ao senhorio com 90 dias de antecedência. Aquela faculdade de denúncia a todo o tempo pelo inquilino era imperativa, pelo que, mesmo que o contrato dispusesse em contrário, a mesma não podia ser afastada.

No NRAU, tal faculdade do inquilino, embora se mantenha para os arrendamentos habitacionais nos contratos de duração com prazo certo, sendo o pré-aviso aumentado de 90 para 120 dias, após 6 meses de vigência do arrendamento, o que obriga o inquilino a cumprir ou a pagar caso queira sair antes, pelo menos, 1 ano de rendas, deixou de existir nos arrendamentos comerciais, podendo as partes afastá-la caso o entendam, mantendo apenas o pré-aviso para evitar a renovação

do contrato para o fim de período em curso.

Apenas se as partes nada disserem quanto à faculdade de denúncia do inquilino a todo o tempo ou não a afastarem expressamente, se aplicará por força do disposto na parte final do n.º 1 do art.º 1110.º do Código Civil, o previsto nos números 2 e 3 do art.º 1098.º que regula a matéria de "Oposição à renovação ou denúncia pelo arrendatário" nos contratos habitacionais:

"()

2 *Após seis meses de duração efectiva do contrato, o arrendatário pode denunciá-lo a todo o tempo, mediante comunicação ao senhorio com uma antecedência não inferior a 120 dias do termo pretendido do contrato, produzindo essa denúncia efeitos no final de um mês do calendário gregoriano.*

3 *A inobservância da antecedência prevista nos números anteriores não obsta à cessação do contrato, mas obriga ao pagamento das rendas correspondentes ao período de pré-aviso em falta.*

()"

Apenas na ausência total de estipu-

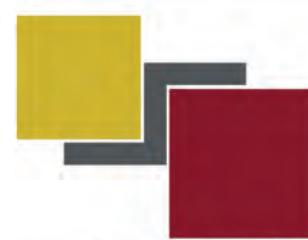
lação quanto ao prazo de duração do contrato e ao pré-aviso de denúncia, se aplicará o disposto no n.º 2 do Artigo 1110.º do CC ("Duração, denúncia ou oposição à renovação"), considerando-se o contrato "celebrado com prazo certo, pelo período de 10 anos, não podendo o arrendatário denunciá-lo com antecedência inferior a um ano".

Em face do novo regime (NRAU), aplicável mesmo aos contratos anteriormente celebrados, cabe agora perguntar se o inquilino pode ou não denunciar antes do fim previsto um contrato de arrendamento comercial celebrado ao abrigo da lei revogada (RAU) que não preveja a possibilidade de denúncia a todo o tempo.

Pedra & Cal

(O artigo tem continuação no próximo número)

A. JAIME MARTINS,
Docente Universitário
Advogado-sócio de ATMJ - Sociedade de
Advogados
a.jaimemartins@atmj.pt



CONSTRUÇÕES

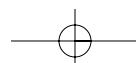
JOSÉ MOREIRA

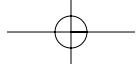
Soc. Construções José Moreira

Av. Manuel Alpedrinha 15 • 2720 - 352 Amadora, PORTUGAL

Tel: +351 21 496 1270 • Dct: +351 21 499 8655 • Mob: +351 91 7230 635 • Fax: +351 21 495 9780
josemoreira@josemoreira.com • csantos@josemoreira.com • www.josemoreira.com

Capital Social € 750.000, CRC Amadora 4482, Alvará Construção 2294, NIF 501337300





NOTÍCIAS

IPPAR recebe 750 mil euros para reabilitar Convento de Cristo

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) vai receber 750 mil euros da Cimpor para concluir trabalhos de restauro no Convento de Cristo, em Tomar, um dos mais importantes monumentos portugueses.

A verba, a investir até 2011, destina-se exclusivamente ao património móvel e integrado da charola, a igreja primitiva do castelo de Tomar.



Reabilitação urbana paga apenas 5 por cento de IVA



O Governo baixou a taxa de IVA aplicável à requalificação, nomeadamente em centros históricos, de 21 para 5 por cento. A decisão, que já foi publicada em Diário da República, aplica-se às empreitadas de reabilitação urbana "nas unidades de intervenção das SRU e dentro das áreas críticas de reabilitação e reconversão urbana". Esta decisão vai ao encontro dos objectivos e interesses das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU) do país, que passam assim a dispor de mais um incentivo para mobilizar os interessados em efectuar obras.

Atlas urbanístico olha Lisboa por um novo prisma

A Argumentum editou recentemente o "Atlas Urbanístico de Lisboa", uma obra dedicada à caracterização urbanística dos 56 bairros mais representativos da cidade, por meio de cartas, textos e 60 imagens aéreas inéditas e actuais, expressamente elaborados para integrar esta obra bilingue (português/inglês).

Com introdução dos arquitectos Manuel Salgado e Nuno Lourenço, e textos do arquitecto Nuno Portas, Ana Tostões e José Sarmento de Matos, o Atlas centra-se numa análise desses bairros da cidade, que é precedida por uma perspectiva integrada da história da evolução urbana de Lisboa. Pedra & Cal

Extinção da DGEMN



"No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado - PRA-CE, e em conformidade com o novo modelo de organização desenhado, foi decidido redistribuir por diferentes organismos as competências que vinham sendo exercidas, ao longo dos últimos setenta e sete anos, pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais." Este último número da revista é dedicado à Cidade de Coimbra.

Texto retirado do editorial assinado pelo Director-Geral, Engº Vasco Martins Costa



Rede Portuguesa de Moinhos



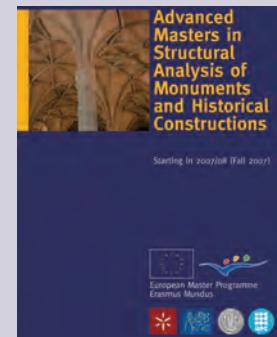
Foi criada, em meados de 2006, a Rede Portuguesa de Moinhos, com o objectivo de congregar os interessados sobre a molinologia e responder às solicitações de apoio técnico à salvaguarda dos moinhos de vento, de água e de marés. Esta iniciativa da Etnoideia consiste, entre outras realizações, num portal Internet, www.moinhosdeportugal.org, e conta com o apoio da TIMS, Sociedade Internacional de Molinologia. A TIMS está também a organizar o habitual simpósio trienal dedicado ao estudo e salvaguarda dos moinhos de vento, de água e de maré em todo o mundo. Realizar-se-á nos Países Baixos, em Putten, de 2 a 10 de Junho de 2007 e está aberto a todos os interessados.

Informações e inscrições:

tims2007@tiscali.nl e www.timsmills.info

Mestrado Erasmus Mundus responde aos desafios europeus

A Universidade do Minho, em colaboração com a Universidade Politécnica da Catalunha (Barcelona), a Universidade de Pádua e a Universidade Técnica de Praga, vão oferecer um Mestrado sobre a Análise Estrutural de Monumentos e Construções Antigas, com início em Outubro.



O Mestrado combina a diversidade das experiências das Universidades, proporcionando uma educação multidisciplinar, baseada em conhecimento avançado de análise estrutural num ambiente de investigação e inovação, em cooperação próxima das empresas e focado no estudo de casos. Inclui temas como técnicas experimentais, modelação computacional, análise estrutural ou comportamento sísmico e dinâmica de estruturas.

Os alunos deverão realizar a tese noutro país europeu, obtendo um grau reconhecido também pela instituição estrangeira.

Informações:

e-mail: secretariat@msc-sahc.org
<http://www.msc-sahc.org>
 Tel.: 253 510 498 - Fax: 253 510 217

Cursos técnicos para o segundo semestre de 2007

A Appleton Square anunciou os seus cursos técnicos para o segundo semestre de 2007. Reabilitação de edifícios e estruturas antigas: da promoção ao diagnóstico , que estará a cargo do Eng.^º João Appleton, é o primeiro e realiza-se de 19 a 21 de Junho, incluindo no dia 22 uma visita técnica.

De 26 a 28 do mesmo mês, a formação, com o mesmo técnico, incidirá sobre Projectos de reabilitação: fundações e estruturas , com a visita de estudo a acontecer no dia 29 de Junho.

Já em Outubro, as atenções estarão centradas em Estruturas de betão: dimensionamento de acordo com o Eurocódigo . A coordenação/formação deste módulo, que se realiza entre os dias 22 e 25 de Outubro cabe aos engenheiros Júlio Appleton e António Costa.

De 29 a 31 do mesmo mês há uma iniciativa de formação

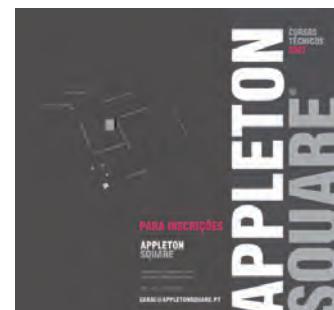
sobre Projecto de reabilitação de edifícios antigos ,ao cuidado do Eng.^º João Appleton.

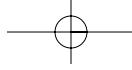
O encerramento deste ciclo acontece em Novembro, mais concretamente nos dias de 6, 7 e 8. Reabilitação de Estruturas de Betão é o tema a aprofundar e é coordenado pelos engenheiros Júlio Appleton e António Costa.

Todas as acções se realizam entre as 14h30 e as 18h30.

Informações e inscrições:

Tel.: 210 993 660
 e-mail: geral@appletonsquare.pt





EM ANÁLISE

Tema de Capa

Edifícios romanos dedicados ao *Otium* Os anfiteatros

Estes edifícios, que aparecem juntamente com os teatros, na maior parte das cidades romanas, quer na Itália, quer por todo o mundo romano, distinguem-se pela sua peculiar arquitectura. Etimologicamente, a palavra latina *amphitheatrum* não será mais do que um *teatrum* duplo, em que bancadas dos espectadores estão, portanto, colocadas *vis a vis*¹. Esta definição está conforme a descrição que Plínio o Antigo faz, na *Historia Naturalis*, do teatro/anfiteatro de madeira de C. Scribonius Cvrio (fig. 1), o qual é considerado, pelo autor clássico, como o nascimento arquitectónico deste tipo de monumento.

Os anfiteatros destinavam-se a oferecer às multidões espectáculos que envolviam luta de gladiadores (*mulnera*), batalhas navais (*naumachia*),

caça e luta com animais (*venationes*), exibição de atletas, lutas de boxe e execução de condenados à morte, os *noxii*, (*ad bestias* os que eram lançados às feras, os supliciados na fogueira *pyrricharii*, ou os crucificados *cruciarii*).

Eram constituídos, essencialmente, por bancadas em anel, comportando a *ima*, a *media* e a *summa cavea*, as quais se apoiavam num *podium*, no qual se sentavam, num plano superior, em lugares do tipo amovível, as pessoas da mais alta condição social, como seja o caso do próprio *tribunal* imperial, de onde o príncipe, mais o seu séquito, assistiam ao desenrolar dos jogos². Esta tribuna ficava, normalmente, nas extremidades do eixo da arena.

A arena não tinha a forma de um

círculo, como acontece com as arenas das actuais praças de touros, mas sim de uma elipse (fig. 2). Nos anfiteatros mais imponentes, toda a zona da arena cobria um sistema altamente sofisticado de infra-estruturas, onde se encontrava tudo o que era necessário ao desenvolvimento do espectáculo. Aí se tinha construído todo um sistema de maquinaria, do tipo elevadores (*pegmata*), que trazia até à superfície os cenários e as próprias feras (fig. 3). Era nesta área do anfiteatro que se alojavam os gladiadores, assim como os *venatores*. Por baixo do *podium*, existiam os *carceres*, de onde as feras saíam directamente para a arena, com destino aos vários combates e caçadas, ou para a prossecução das sentenças do tipo *ad bestias*.

Muitos destes edifícios possuíam, nesta mesma zona, um conjunto de salas que se destinavam aos mais diferentes usos. Destacaremos as capelas (*sacella*), as casas mortuárias (*spoliaria*) e, possivelmente, um "hospital de primeiros socorros". Tal como acontecia no teatro, está provada, arqueologicamente, a existência de um sistema de cobertura do tipo *velum*, com o fim de proteger os espectadores das várias intempéries que podiam prejudicar a multidão enquanto assistiam ao desenrolar dos espectáculos, os quais poderiam durar vastos períodos de tempo. O papel do anfiteatro, na vida romana, passou, na realidade, por ser o instrumento de um sistema social, que, cada vez mais, se apoiava no *otium*. Não é, pois, de estranhar que passasse a ser um dos locais escolhi-

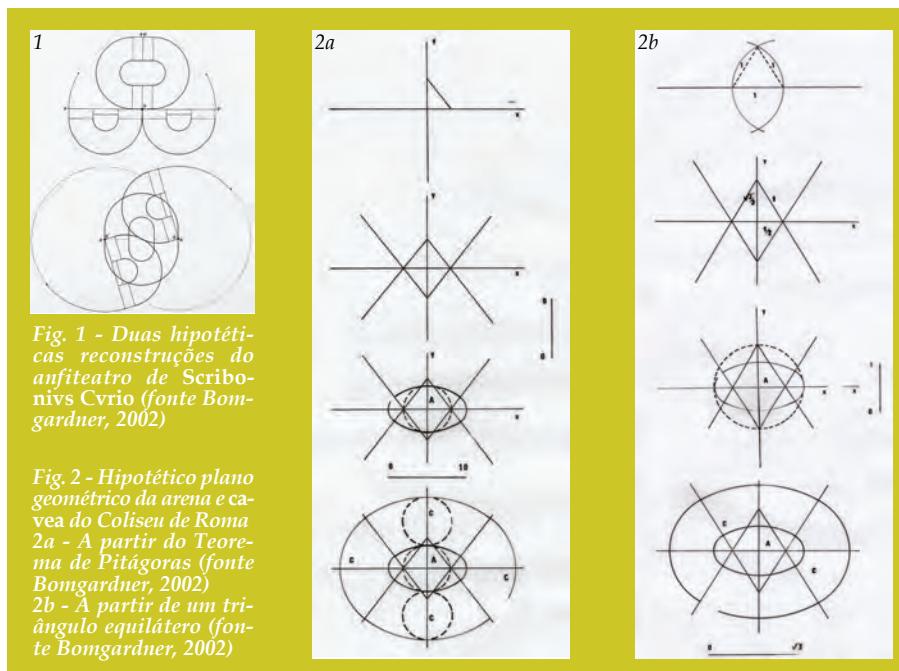


Fig. 1 - Duas hipotéticas reconstruções do anfiteatro de Scribonius Cvrio (fonte Bomgardner, 2002)

Fig. 2 - Hipotético plano geométrico da arena e cavea do Coliseu de Roma
2a - A partir do Teorema de Pitágoras (fonte Bomgardner, 2002)
2b - A partir de um triângulo equilátero (fonte Bomgardner, 2002)

VIDA ASSOCIATIVA

20.^a Assembleia-Geral do GECoRPA Eleição dos novos corpos sociais

Decorreu, no passado dia 2 de Abril, no Sana Reno Hotel, a 20.^a Assembleia-Geral do GECoRPA. Dos pontos constantes da ordem dos trabalhos, salienta-se a apre-

sentação do relatório de gestão de 2006, aprovado por unanimidade pelos associados presentes, a eleição dos novos corpos sociais para o triénio 2007-2009 e a apre-

sentação e aprovação, por unanimidade, do plano de actividades para o triénio 2007-2009, proposto pela recém eleita Direcção do GECoRPA.



Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Pela Excelência na Conservação e na Reabilitação do Património Construído

ESTRUTURA ORGÂNICA Triénio 2007/2009

CARGOS	CORPOS SOCIAIS	REPRESENTANTES
Direcção		
Presidente	Monumenta, Ld. ^a	Vítor Córias
Vogal	Somafre - Construções, Ld. ^a	Carlos Freire
Vogal	Augusto de Oliveira Ferreira & C. ^a , Ld. ^a	Filipe Ferreira
Assembleia-Geral		
Presidente	MIU - Gabinete Técnico Engenharia, Ld. ^a	Artur Correia da Silva
Vice-Presidente	Soc. Construções José Moreira, Ld. ^a	José Moreira dos Santos
Secretário	MC Arquitectos, Ld. ^a	Gastão Cunha Ferreira
Conselho Fiscal		
Presidente	Quinagre Construções, S. A.	Joaquim Quintas
Vogal Efectivo	L. N. Ribeiro Construções, Ld. ^a	Luís Ribeiro
Vogal Efectivo	Brera, Ld. ^a	Amílcar Beringuillo
Vogal Suplente	A. Ludgero Castro, Ld. ^a	Paulo Ludgero Castro

GECoRPA apoiou Conferência do Jornal Arquitecturas

O GECoRPA apoiou institucionalmente a 2.^a Grande Conferência do Jornal Arquitecturas, que decorreu nos dias 7 e 8 de Fevereiro no Centro Cultural de Belém. A iniciativa contou com a participação de

representantes de diversas entidades públicas e privadas e com a presença dos Secretários de Estado dos Transportes e do Ordenamento do Território e das Cidades.



GECoRPA e APFAC realizaram seminário na Tektónica 2007



Teve lugar, no passado dia 30 de Março, no âmbito da Tektónica 2007, que decorreu em Lisboa, na FIL, o Seminário "Reabilitação de Construções: em que ponto estamos?", organizado em parceria com a APFAC (Associação Portuguesa dos Fabricantes de Argamassas de Construção).

Tal como no Seminário organizado por ambas as associações na Concreta 2006, em Outubro passado, a sessão decorreu perante uma audiência numerosa. Foram oradores os engenheiros Carlos Duarte (Presidente da

APFAC), Vítor Cóias (Presidente do GECoRPA) e Luís Mateus (Monumenta, Ld.^a), os arquitectos Manuel Salgado e Vítor Mestre (Vítor Mestre, Sofia Aleixo, Arq.^{os}, Ld.^a), e a Dr.^a Maria José Nogueira Pinto.

Pretendeu-se pôr em evidência a necessidade de dar prioridade à reabilitação e, de uma forma mais particular, as vantagens, neste âmbito, das argamassas fabris.

Chamou-se, também, a atenção para a necessidade de exigir às empresas e aos profissionais uma maior qualificação.

GECoRPA nos média

PARCERIA ENTRE IPPAR E GECORPA

In Diário de Notícias
Dezembro de 2007

Património tem novo protocolo

Mariana Carvalho

A meta de conseguir uma maior exceléncia nas intervenções de conservação e restauro do património edificado português levou à assinatura de um protocolo, válido por três anos, entre o Instituto Português do Património Arquitectónico (Ippar) e o Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico (GECoRPA). A sessão teve lugar ontem, no Palácio da Ajuda (Lisboa), e contou com a presença de dirigentes dos dois organismos e de empresários do sector.

Porque "reabilitar um edifício histórico não é o mesmo que realizar uma qualquer obra de construção civil" – como afirmou Vitor Cósas e Silva, presidente do GECoRPA –, o documento prevê a cooperação das duas entidades (e em articulação com as ordens profissionais) na definição de requisitos complementares de qualificação a exigir às empresas que operam no segmento da conservação e restauração.

O protocolo assinala ainda o apoio institucional do Ippar às ações de formação promovidas pelo GECoRPA, disponibilizando recur-

sos e divulgação. As entidades colaborarão, igualmente, na edição de publicações especializadas, além de organizarem, em conjunto, diversos eventos relevantes para a salvaguarda do património arquitectónico.

Cósas e Silva mencionou ainda o apoio institucional do Ippar ao Prémio GECoRPA, agora reabilitado, e que visa "distinguir boas intervenções em monumentos e edifícios históricos". O responsável avançou ainda existirem "sérias possibilidades" de se organizar um evento de âmbito ibérico entre as duas entidades e a congénere espanhola da GECoRPA, que demonstrou recentemente interesse nessa iniciativa.

Eliso Summaville, presidente do Ippar, realçou que o setor da conservação e restauro, "embora em crise, ocupa cerca de 9% do setor da construção civil". Números, ainda assim, "muito acima" da média europeia, que ronda os 40%. O responsável aludiu a estudos recentes, segundo os quais "80% dos turistas consideram o património a principal razão para viajar e não o turismo de sol e praia praticado em Portugal". Para Summaville, "temos a felicidade de ter um património muito valioso e extenso, que tem que ser encarado como um recurso económico".

Especialização A intervenção qualificada é a preocupação central do protocolo

Oz organizou ciclo de acções de formação

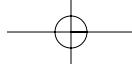


Entre Fevereiro e Maio, a Oz, Ld.^a, em parceria com o GECoRPA, levou a cabo, na Ordem dos Engenheiros, um ciclo de formação em reabilitação de estruturas.

Tendo como destinatários engenheiros, arquitectos e profissionais da área da reabilitação, a iniciativa decorreu da necessidade de se habilitarem estes profissionais com conhecimentos sobre reparação e reforço de estruturas, quer recentes, em betão armado e pré-esforçado, quer antigas, em alvenaria e madeira. O tema reveste-se de particular importância pela necessidade crescente de técnicos com formação na área. Também por isso os temas em análise neste ciclo foram: "Inspeções e ensaios na reabilitação de edifícios"; "Reparação e reforço de estruturas de betão armado e pré-esforçado"; "Reabilitação de fundações" e "Reabilitação de construções antigas em alvenaria e madeira".

PARTICIPE!

Envie-nos a sua opinião
ou comentário para:
Rua Pedro Nunes, n.º 27,
1.º Esq., 1050-170 Lisboa
ou via e-mail:
info@gecorpa.pt



SERVIÇOS AOS ASSOCIADOS

GESTIP

INTRODUÇÃO

A Gestip, Ld.^a Gestão Imobiliária e de Participações foi fundada em 1990 com o objectivo de se dedicar à gestão de participações e ao fornecimento de um vasto leque de serviços junto das suas participadas. Destes serviços destacam-se os prestados nas áreas de sistemas de informação, de recursos humanos, financeira e de contabilidade. Dotou-se, durante o ano de 2001, de tecnologia e "now How" que lhe permite oferecer ao tecido empresarial um conjunto de serviços informáticos vocacionados para tornar as respectivas empresas mais eficazes e eficientes. Nos dias de hoje, cresce cada vez mais a importância de controlar e reduzir a despesa. É neste quadro que a Gestip se torna uma vantagem para os seus Clientes, oferecendo um conjunto de serviços que envolvem as áreas da: informática, comunicações e frota automóvel.

A experiência que a Gestip tem tido no fornecimento destes serviços às suas participadas levou a Gerência desta empresa a apostar em conquistar novos Clientes.

APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Importa agora referir três grandes áreas de serviços prestados pela Gestip: informática, comunicações e frota automóvel.

Informática

A área da informática abrange um conjunto de serviços bastante diversificado. Pretende, por um lado, automatizar as tarefas que se desenvolvem diariamente na organização e integrar os sistemas em uso e, por outro, contribuir para um melhor

acompanhamento e sistematização da área comercial, designadamente o posicionamento e exposição da organização no mercado em que se insere. Destes serviços destacam-se os seguintes:

- **Concepção e desenvolvimento do eb Site**

Nesta prestação as ofertas passam pela concepção e desenvolvimento do site, registo do domínio, alojamento do site, disponibilização de caixas de correio electrónico. Actualmente, a Gestip já conta com uma dezena de domínios.

- **Consultoria**

O serviço de consultoria inclui todas as áreas da informática, com especial relevo nas componentes de apoio na gestão de projectos, identificação das soluções que melhor se adaptam a cada organização e apoio no diagnóstico e resolução específica de questões técnicas.

- **Apoio ao Utilizador**

A actividade desenvolvida pelos utilizadores está directamente ligada ao desempenho do computador e capacidade na resolução dos problemas que surgem no decurso da utilização do referido equipamento. Neste sentido, a Gestip oferece uma linha de apoio a utilizadores na resolução de questões de software e hardware. A Gestip detém tecnologia que permite prestar apoio remotamente.

- **Venda de equipamentos**

Esta área dedica-se à venda de computadores que são constituídos de acordo com as características exigidas pelos Clientes.

- **Desenvolvimento de aplicações**

A aposta forte desta área é o desenvolvimento de aplicações vocacionadas para funcionarem em ambi-

ente eb (p. ex.: motor de busca de materiais do sítio www.tecnocrete.pt). Deste modo, consegue-se enriquecer a Intranet das organizações e disponibilizar a informação, de uma forma segura, aos operacionais que não se encontram no escritório. Através da Internet, é possível aos Colaboradores interagirem com as aplicações instaladas no escritório da empresa.

- **Redes**

A Gestip tem uma forte experiência na instalação e gestão de redes informáticas. Este serviço abrange as redes com e sem fios e as VPN's (Virtual Private Network).

Comunicações

A área de comunicações pode dividir-se em três sub áreas, a saber:

- **Comunicações de dados e Internet**
A Gestip não disponibiliza directamente o serviço de acesso à Internet. No entanto, acompanha na identificação da melhor solução (ADSL, Cabo, etc.) bem como na escolha do ISP que melhores condições oferece face às necessidades do Cliente.

- **Comunicações fixas e móveis**

Hoje em dia, é fundamental existir um adequado controlo destas comunicações. Esta operação passa pela identificação da central telefónica e respectivos interfaces, operador de serviços fixo e móvel, e aplicações informáticas de gestão das comunicações e respectivos custos, incluindo a política de atribuição das regalias dos Colaboradores no uso deste tipo de comunicações.

Frota Automóvel

Os automóveis são uma importante ferramenta de trabalho. Porém, se

não forem bem geridos, podem gerar custos inesperados. É aqui que a Gestip dá aos seus Clientes um apoio efectivo. Este apoio passa pelo acompanhamento e controlo da actividade da viatura e renovação desta. O controlo pode ir desde o conhecimento da localização *online* da viatura e respetivo condutor, gestão das manutenções, cartões de combustível, dispositivos de pagamento de portagens, até ao processo de integração, automático, de todos estes custos no *software* da empresa. Este processo exige a manipulação das facturas digitais dos diversos fornecedores e respectiva integração no *software* da empresa.

CONCLUSÃO

Os Clientes que desejem usufruir de qualquer um dos serviços enunciados deverão consultar a Gestip, através de um dos seguintes contactos:

Tel: 21 384 42 09

Fax: 21 385 49 80

E-mail: jlmartins@gestip.pt

A prestação dos nossos serviços passa, sempre que se justifique, pela celebração de um contrato, tendo em conta o **Protocolo de Colaboração celebrado com o GECORPA**, que permite clarificar o fornecimento do serviço. O número de horas do apoio informático, bem como os tempos de resposta, são exemplos claros de tais clarificações.

Todos os Clientes da Gestip, ao subscreverem os serviços descritos, irão usufruir das seguintes vantagens:

- Maior e melhor adequabilidade das soluções informáticas à organização;
- Controlo eficaz das comunicações fixas e móveis;
- Gestão optimizada da frota automóvel.

JOÃO LOURENÇO MARTINS,
Director da área de Sistemas de Informação, Gestip Gestão Imobiliária e de Participações, Ld.^a



Onduline Sub-Telha, contribui para a protecção divina do seu telhado

Onduline
ROOF SYSTEMS
SUB TELHA • PAINEL SANDWICH

Onduline SubTelha: Sistema de impermeabilização de coberturas (revestidas a telha cerâmica) económico e de fácil aplicação, que protege de forma segura e duradoura, sem alterar a estética das habitações e de acordo com a legislação em vigor para execução de coberturas.

Painel Sandwich Ondutherm: Elemento estrutural para execução de coberturas inclinadas. Constituído por uma face de aglomerado hidrófugo, núcleo de isolamento térmico em Poliestireno Extrudido e acabamento variado (madeira, gesso, etc). Comercialização feita em painéis standard de 2500x600mm, com várias espessuras dos seus componentes que poderão ser alterados de forma a satisfazer as necessidades específicas de cada obra.



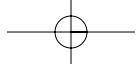
Linha directa dpt. técnico ONDULINE
info@onduline.pt

www.onduline.pt

Onduline

Onduline Portugal, SA

Rua das Lages, 524 • 4410-272 Canelas VNG
Telefone 227 151 230 • Fax 227 123 788



DIVULGAÇÃO

Profissionais do Turismo Cultural

Associam-se em Tomar

Afirmar os técnicos de Turismo Cultural no mercado de trabalho do sector é o primeiro objectivo da **Associação Portuguesa de Turismo Cultural** APTC, criada em Tomar a 13 de Novembro de 2006, por alunos e licenciados do Curso de Gestão Turística e Cultural do Instituto Politécnico de Tomar (IPT) e profissionais da área. O arranque oficial foi dado na Biblioteca de Tomar, no dia 7 de Dezembro.

A meta da associação vai além da constituição de uma estrutura de apoio sólida aos profissionais do Turismo Cultural. Promover acções que divulguem o Turismo Cultural, promover e estimular parcerias, diálogo e intercâmbio entre instituições, a fim de proporcionar ao turista uma oferta adequada, são ainda objectivos desta associação.

Tendo por princípio a colaboração na protecção da identidade física e cultural do país, a APTC propõe-se ainda a desenvolver acções junto de instituições empregadoras, apoiar e dinamizar projectos profissionais de Turismo Cultural e desenvolver e concretizar o conceito de solidariedade e voluntariado para a preservação do património cultural.

Nascida em Tomar, instala-se também em Tomar, no edifício do IPT, no n.º 13 da Avenida Cândido Madureira. Primeiro, porque é no IPT que surge a intenção, e depois, porque a região de Tomar se enquadra num espaço de elevado interesse histórico e cultural.

MÃOS À OBRA

As intenções já saíram do papel e estão em desenvolvimento projectos em parceria com instituições públicas, concre-



tamente a concepção e definição de rotas turísticas. A APTC e os alunos do Curso de Gestão Turística e Cultural do Instituto Politécnico de Tomar (IPT) realizaram, de 22 a 25 de Março de 2007, o ENETUR - Encontro Nacional de Estudantes de Turismo, no qual estiveram presentes cerca de 300 estudantes de turismo de todo o País, estando representadas as seguintes escolas: Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Universidade Lusíada, Instituto Novas Profissões, entre outras seis universidades. O evento decorreu no Auditório Pacheco de Amorim, no IPT onde foram abordadas as seguintes temáticas: Organização e gestão de eventos; Empreabilidade e qualificação no turismo; Gestão de património (*case study*).

O projecto "Viver o Património", que prevê actividades de sensibilização das pessoas, nomeadamente dos jovens, para o respeito pelo património, e ainda uma publicação periódica, são outros propósitos em agenda.

O turismo, como actividade económica em forte crescimento, contribui de forma directa para o aumento dos fundos económicos, não só nas actividades comerciais, mas igualmente na gestão do Património. A "exploração" adequada e sustentável de qualquer espaço de interesse turístico-cultural permite, não

só, a criação de postos de trabalho, como fundos para o seu restauro e manutenção. A boa apresentação dos espaços patrimoniais/naturais atrai novos públicos e mais turistas, logo mais receitas.

PROJECTO "VIVER O PATRIMÓNIO"

Projectado para iniciar em 2007, esta iniciativa pretende levar às escolas, em especial ao ensino básico, o conhecimento e a sensibilização para o Património edificado e natural. Pretende-se desenvolver acções junto das crianças e jovens, sendo o tema de ensino a tomada de consciência para a necessidade de preservação de espaços patrimoniais e de interesse turístico-cultural. Estas actividades serão em parceria com os agrupamentos escolares e autoridades.

Essencialmente, o projecto visa apresentar, na sala de aula, sessões sobre a temática e, sempre que possível, efectuar visitas aos espaços. Alguns exemplos poderão ser a apresentação de diaPOSITIVOS com edifícios de interesse patrimonial/natural, onde simultaneamente se mostrem casos de conservação exemplar e, por outro lado, a degradação visível, provocada por *graffitis* ou actos de vandalismo.

Pretende-se, assim, formar neste público-alvo a noção de que esses patrimónios são seus e que integram a sua identidade, devendo ser utilizados de forma adequada e como um legado para as gerações vindouras.

Associação Portuguesa de Turismo Cultural
Av. Cândido Madureira, n.º 13/2300 Tomar
916 635 503 • 917 471 150 • 917 751 188



A **SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES JOSÉ MOREIRA, LDA**, foi fundada em 1982 e tem capital 100% Português.

A nossa experiência centra-se na execução de Obras Públicas e Particulares, possuindo para o efeito diversos alvarás no âmbito desta actividade. Recebemos a distinção PME excelência construção, pelo assinalável desempenho económico-financeiro e perfil de gestão – este prémio foi instituído pela primeira vez em 1998, pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento.

Para além de nos dedicarmos à construção de edifícios de habitação, grandes superfícies para a indústria, comércio e serviços, dirigimos também a nossa actividade para a Reabilitação, Recuperação e Reforço de Edifícios e Monumentos Nacionais possuindo para tal uma equipa multidisciplinar, consciente do testemunho histórico que eles representam. Trabalhamos com os mais avançados equipamentos e soluções de reparação e reforço ao mesmo tempo que aprofundamos o domínio das técnicas tradicionais procurando sempre respeitar a autenticidade do edifício.

É igualmente de destacar a experiência em obras com carácter de urgência e de execução sob condicionamentos especiais, que obrigam sempre à adopção de medidas complementares apropriadas.

Apresentamo-nos assim como uma empresa multifacetada, cuja a preocupação máxima é assegurar um trabalho de qualidade, executado com método e rigor.

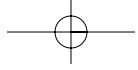
SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES JOSÉ MOREIRA, LDA

Av. Manuel Alpedrinha 15, 2720-352 Amadora PORTUGAL

Tel: 214 961 270 Fax: 214 959 780

Capital Social 750.000€, CRC Amadora 4482,
Alvará de construção 2294

josemoreira@josemoreira.com
www.josemoreira.com



Património e espectáculo

A Utopia

"A construção e reparação dos edifícios exige, por todo o lado, um trabalho contínuo, em virtude de os herdeiros descuidados deixarem arruinar, pouca a pouco, a casa que o pai construiu. Assim, o que este edificara com custo e grande despesa tem de ser construído de novo, com grandes gastos. Muitas vezes acontece também que a casa que ao pai custou rios de dinheiro é desprezada pelo gosto exigente e caprichoso do herdeiro. Posta de parte e dentro em pouco em ruínas, o herdeiro construirá outra, noutra local, com igual dispêndio.

Na Utopia, no entanto, tudo está tão bem organizado e a comunidade tão bem governada que raramente acontece que tenham que voltar a escolher outro local para nova construção. Encontram remédio rápido e fácil para as deteriorações presentes, prevendo mesmo as possíveis. Deste modo conservam os edifícios com pouco trabalho e pouca despesa, dando-lhes grande duração; de tal modo que os operários especializados neste trabalho quase não têm que fazer, ocupando-se em aparelhar a madeira e a pedra, para que, quando for necessário fazer alguma construção, a obra se faça rapidamente.¹¹

Assim escreveu Thomas More em 1516, imortalizado desta maneira na mais famosa das suas obras, Rafael Hitlodeu que curiosamente era português e descreve a More a sociedade perfeita que descobriu viajando com Vespúcio, ao serviço de D. Manuel I.

Ao abordar o tema "património" e "cultura" não posso deixar de refletir profundamente sobre a actualidade deste texto escrito há quatrocentos e noventa e um anos. Será

The Life of Sir Thomas More (1478-1535)

Thomas More was born in Mill Street, London on February 7, 1478, son of Sir John More, a prominent judge. He was educated at St. Anthony's School in London. As a youth he served as a page in the household of Cardinal Morton, later Pope Leo X. He then became a "miraculous man". More went on to study at Oxford under Thomas Linacre and William Grocyn. During that time, he wrote commentaries on Greek and Latin literature that were well received. In 1504 he was admitted to the Inner Temple, where he studied law, was admitted to Lincoln's Inn in 1506, and became a barrister in 1511. Yet More was not satisfied with legal studies and left England to study in Italy. While at Lincoln's Inn, he determined to become a monk. He traveled to Rome, where he met the Franciscan friar Girolamo Savonarola, who influenced him greatly. More returned to England and became a canon of the cathedral of Canterbury, while continuing his studies in Italy. He returned to England in 1515, bringing with him a manuscript of his biography of the Italian humanist Francesco Gonzaga. This work, known as *Utopia*, was published in 1516. It is considered one of the most important works of political philosophy in history. More's life was marked by a desire for justice and truth, and he dedicated himself to serving his country and his people.

Thomas More

ESCOLA PORTUGUESA DE ARTE EQUESTRE
Fundada em 1979

Home • Eventos • Programação • Sobre nós • Encontros • Galeria • Links • Contato

Escola Portuguesa de Arte Equestre

que nada mudou em quase 500 anos? As mesmas preocupações com a conservação do património, a mesma visão sobre manutenção do edificado e a mesma terminologia técnica que hoje utilizamos.

Escolhi este número para fazer um ponto de reflexão. Será que vivemos hoje a utopia da reabilitação quando por exemplo escrevemos artigos como este na *Pedra & Cal*?

Parece não haver hoje mais interessados por este assunto do que há quinhentos anos atrás, ou se considerarmos outras utopias mais antigas, quantas pessoas tinham estas preocupações à época da *República* (utópica) de Platão ou da (utópica) *Cidade de Deus* de Tomás de Aquino? As mesmíssimas que hoje se debruçam sobre a problemática da reabilitação do património construído, essa grande utopia.

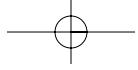
Tal como Sir Thomas More, flutuamos hoje na definição do conceito (pelo menos no que toca às intervenções no património) entre a utopia do grego "não lugar, lugar que não existe" e a utopia como modelo alternativo viável e desejável. A depreciação corrente do termo surge posteriormente da interpretação quadrada do pensamento pseudo pragmático na nossa era. Acabo com uma nota de optimismo e uma recomendação. Optimismo porque as novas gerações parecem mais predispostas a entender e conservar a sua História e Cultura através de modelos económicos sustentáveis, ainda que aplicados a uma matriz moderna de gestão de património. A recomendação vai para o site da Escola Portuguesa de Arte Equestre em <http://cavalo-net.com/epae/> que, instalada no Palácio Nacional de Queluz, se apresenta numa graciosa simbiose de Espectáculo com Património cultural, histórico e arquitectónico.

Quanto ao resto, valha-nos S. Thomas More (www.luminarium.org/renlit/morebio.htm) declarado "O patrono celeste dos Estadistas e Políticos" pelo Papa João Paulo II. Se o santo padroeiro não operar um milagre de sensibilização da classe dirigente, só nos resta, como recentemente ouvi um amigo dizer, "ter esperança na iniciativa individual".

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

⁽¹⁾ Thomas More. Utopia. 1516

ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO,
Arquitecto



NOVIDADES



Atlas Urbanístico de Lisboa / Lisbon Urban Atlas

Autor: Vários Autores

Neste livro, descobrem-se e caracterizam-se 56 bairros de Lisboa através de cartas, textos, perfis, índices paramétricos e fotografias, expressamente elaborados para integrar a presente edição.

O Atlas inicia-se com a contribuição de reconhecidos especialistas na análise e história urbana da cidade e é ilustrado com 60 imagens aéreas actuais, superando a sua vocação pedagógica, num livro para todos, onde casos tão diferentes como a Baixa, Telheiras ou os Olivais se revelam à mesma luz, questionando a própria disciplina urbanística num momento de acelerada urbanização do território.

Um livro indispensável para todos os que precisam de conhecer Lisboa.

Edição: Argumentum

Preço: 45,00

Código: AR.E.7



Inspecções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios

Autor: Vítor Cónias

Da leitura do presente trabalho refira-se o evidente interesse do tema abordado, para o meio técnico nacional, sobretudo para arquitectos, engenheiros, construtores e projectistas, para os quais é apresentada informação muito pertinente sobre a realização de inspecções e ensaios em edifícios e estruturas, como parte essencial do processo que conduz à reabilitação dos mesmos.

Verifica-se também que o tema proposto é, em geral, correctamente abordado, do ponto de vista técnico, apresentando a informação tratada de modo simples e eficaz e constituinte, por isso, elemento de consulta que se tornará importante, desde que se vá fazendo a sua actualização. (Eng. João Augusto da Silva Appleton)

Edição: IST Press

Preço: 45,00

Código: IST.M.1



Seminário "Reabilitação de Construções: em que ponto estamos?"

Autor: Vários Autores

Em Portugal, a importância do segmento da Reabilitação no sector da Construção tem sido manifestamente modesta, inferior à média europeia. Contudo, o estado em que se encontra uma parte significativa dos edifícios (com valor muito diversificado enquanto património arquitectónico) obriga a intervenções urgentes e profundas, a desenvolver nos próximos anos, para lá das simples cosmetica de fachada. Esta oportunidade, imperdível para o País, é da máxima importância para os Actores da Construção, num horizonte temporal

em que a Construção Nova se encontra em declínio. O GECoRPA, a APFAC e a Exponor organizaram este Seminário no âmbito da Concreta 2006, pretendendo dar ênfase, através de casos exemplares, à Reabilitação e ao papel das Argamassas Fabris. A edição das comunicações encontra-se agora disponível na Livraria Virtual, impressa e em CD.

Edição: GECoRPA

Preço: 20,00

Código: GE.CDR.5 / GE.CO.1



Seminário "Técnicas de reabilitação estrutural pouco intrusivas de construções antigas"

Autor: Vários Autores

O seminário sobre reabilitação estrutural, uma iniciativa conjunta da Exponor, da Ordem dos Engenheiros e do GECoRPA que teve lugar na Concreta 2006, justificou-se pela constatação de que as intervenções de natureza estrutural em monumentos e edifícios históricos, em resultado de uma deficiente concepção, são, frequentemente, demasiado intrusivas e irreversíveis, logo contrárias aos princípios da conservação.

Foi objectivo deste encontro proporcionar aos engenheiros, arquitectos e outros técnicos da construção envolvidos na concepção e execução de intervenções de reabilitação construtiva e estrutural dos edifícios antigos com valor enquanto património arquitectónico, uma síntese dos conhecimentos necessários para o fazerem de modo pouco intrusivo, contribuindo para aumentar a taxa de sucesso dessas intervenções, em termos de respeito autenticidade e pelo "valor tecnológico" desses imóveis. A edição das comunicações encontra-se agora disponível na Livraria Virtual, impressa e em CD.

Edição: GECoRPA

Preço: 20,00

Código: GE.CDR.6 / GE.CO.2



Arquitectura em Portugal. Um roteiro fotográfico

Autor: Gabriele Basilico

O trabalho de interpelação dos lugares levado a cabo por Gabriele Basilico, numa estratégia de trabalho equiparável às estratégias de projecto de alguns arquitectos, ofereceu uma ocasião única para ver melhor o desenho nas cidades, em cinco lugares que foram espaço para arquitecturas de qualidade. Segundo o guia idealizado pelos co-comissários da exposição homónima, o fotógrafo italiano, viajante entusiasta e observador incansável, foi o condutor para a descoberta do olhar que este livro apresenta. As obras inserem os lugares percorridos numa geografia urbana de sentido lato, sugerindo que a arquitectura pode materializar movimentos e aspirações sociais através da configuração de espaços de sociabilidade. Observando-as, talvez se possa afirmar que o tempo e a transformação inexorável do espaço construído, sendo fatais, podem ser sinal de esperança.

Este livro resulta dos conteúdos da exposição apresentada na V Bienal de Arquitectura de São Paulo, Desenho nas cidades, arquitectura em Portugal, comissariada por Álvaro Siza.

Edição: Dafne Editora
Preço: 15,00
Código: DAF.DOC.1

Outros títulos à venda na Livraria GECoRPA

Sistemas de Construção VII - Coberturas inclinadas (2.ª parte). Materiais básicos (4.ª parte): materiais cerâmicos



Autor: Jorge Mascarenhas
Edição: Livros Horizonte
Preço: 19,95
Código: HT.E.24

Património Estudos 9 - Património arquitectónico, registo, interpretação e critérios de intervenção



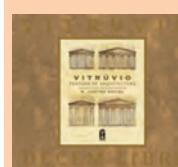
Autor: Vários Autores
Edição: IPPAR
Preço: 14,00
Código: IP.PP.8

Manual de Educação em Património Arquitectónico



Autores: Vítor Cónias, Catarina Valença Gonçalves (texto); João Carlos Farinha, Marcos Oliveira (ilustrações)
Edição: GECoRPA
Preço: 10,00
Código: GE.M.1

Vitrúvio. Tratado de Arquitectura



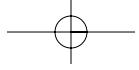
Autor: M. Justino Maciel (Tradução do latim, introdução e notas)
Edição: IST Press
Preço: Edição normal 30,00 / Edição especial 60,00
Código: IST.DOC.1 / IST.DOC.2

CD-Rom: Actas do Encontro "Em defesa do Património Cultural e Natural: Reabilitar em vez de Construir"



Autor: Vários Autores
Edição: GECoRPA
Preço: 25,00
Código: GE.CDR.4

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a Livraria Virtual em www.gecorpa.pt



LIVRARIA



CD-ROM *Pedra & Cal* 5 Anos (1998 - 2003)

Assinatura anual da Pedra & Cal



N.º 29, Jan./Fev./Mar. 2006
Preço: 4,48
Código: P&C.29



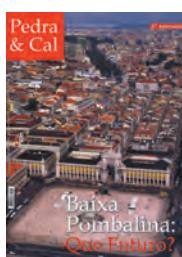
N.º 30, Abril/Maio/Jun. 2006
Preço: 4,48
Código: P&C.30



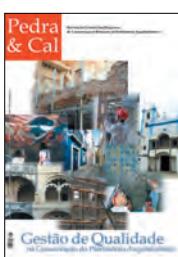
N.º 31, Jul/Ago/Set. 2006
Preço: 4,48
Código: P&C.31



N.º 32, Out/Nov/Dez. 2006
Preço: 4,48
Código: P&C.32



N.º 11, Julho/Ago/Set. 2001
Preço: 4,48
Código: P&C.11



N.º 17, Jan/Fev/Mar. 2003
Preço: 4,48
Código: P&C.17



N.º 19, Julho/Ago/Set. 2003
Preço: 4,48
Código: P&C.19



N.º 23, Julho/Ago/Set. 2004
Preço: 4,48
Código: P&C.23

Promoção de 4 números da Pedra & Cal à sua escolha

Nota: Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 13 da **Pedra & Cal** encontram-se esgotados, contudo informamos que se encontram reunidos no CD-ROM **Pedra & Cal - 5 Anos (1998-2003)**, à venda na Livraria GECoRPA. Os números 25, 26 e 27 estão de momento indisponíveis.

Nota de Encomenda

Nome	Endereço
------	----------

Código Postal	Localidade	Telefone	Fax
---------------	------------	----------	-----

N.º Contribuinte	E-mail
------------------	--------

Associado do GECoRPA (10% de desconto) Actividade / Profissão
Assinante da *Pedra&Cal* (10% de desconto)

CD-ROM *Pedra & Cal, 5 anos - (1998 - 2003)*, pelo preço de € 35,00, acrescendo € 1,20 de portes de envio.

Assinatura anual de 4 números da P&C pelo preço de € 16,13 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa), acrescendo € 4,40 de portes de envio.

4 números à escolha da P&C pelo preço de € 3,50 cada, acrescendo € 3,64 de portes de envio. Enviem-me os números

Código	Título	Preço Unitário	Desconto (%)	Quantidade	Valor (€)

Total: euros

Junto cheque n.º _____ sobre o Banco no valor de _____ euros, à ordem do GECoRPA

Data _____ Assinatura _____

(*) Descontos não são acumuláveis, nem aplicáveis aos números já publicados.

(**) Ao ender. de cada livro deverão ser acrescentados € 3,64 para portes de correio. Por cada livro adicional deverá somar-se a quantia de € 0,70.

Quantos números da *Pedra&Cal* já publicados, os portes de correio fixam-se em €1,20. Para mais informações, consulte as Condicões de Venda na Livraria Virtual.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efectuado através de cheque à ordem de GECoRPA, enviado juntamente com a nota de encomenda para GECoRPA, Rua Pedro Nunes, nº 27, L.º Esq., 1050-170 Lisboa.

Consulte a Livraria Virtual do GECoRPA em
www.gecorpa.pt
onde poderá encontrar estes e outros livros

GRUPO I

**Projecto,
fiscalização
e consultoria**



A. da Costa Lima, Fernando Ho, Francisco Lobo e Pedro Araújo
Arquitectos Associados, Lda.^a
Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.
Estudos especiais



BETAR Estudos e Projectos de Estabilidade, Lda.^a
Projectos de estruturas e fundações para reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas e conservação e restauro do património arquitectónico.



LEB Projectistas, Designers e Consultores em Reabilitação de Construções, Lda.^a
Projecto, consultoria e fiscalização na área da reabilitação do património construído.



MC Arquitectos, Lda.^a
Projectos de arquitectura.
Levantamentos, estudos e diagnóstico.



PENGEST Planeamento, Engenharia e Gestão, S. A.
Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Gestão, Consultadoria e Fiscalização.

GRUPO II

**Levantamentos,
inspecções
e ensaios**



ERA Arqueologia - Conservação e Gestão do Património, S. A.
Conservação e restauro de estruturas arqueológicas e do património arquitectónico. Inspecções e ensaios.
Levantamentos.



OZ Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade de Estruturas e Fundações, Lda.^a
Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III

**Execução
dos trabalhos
Empreiteiros
e Subempreiteiros**



A. Ludgero Castro, Lda.^a
Consolidação estrutural. Construção e reabilitação de edifícios.
Conservação e restauro de bens artísticos e artes decorativas: estuques, talha, azulejaria, douramentos e polícromias murais.



Alfredo & Carvalhido, Lda.^a
Conservação e restauro do património arquitectónico.
Conservação e reabilitação de construções antigas.



Alvenobra Sociedade de Construções, Lda.^a
Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.



Amador Construção Civil e Obras Públicas, Lda.^a
Conservação, restauro e reabilitação do património construído e instalações especiais.



Antero Santos & Santos, Lda.^a
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.



Augusto de Oliveira Ferreira & Cª, Lda.^a
Conservação reabilitação de edifícios. Cantarias e alvenarias. Pinturas. Carpintarias.



BEL Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S. A.
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.

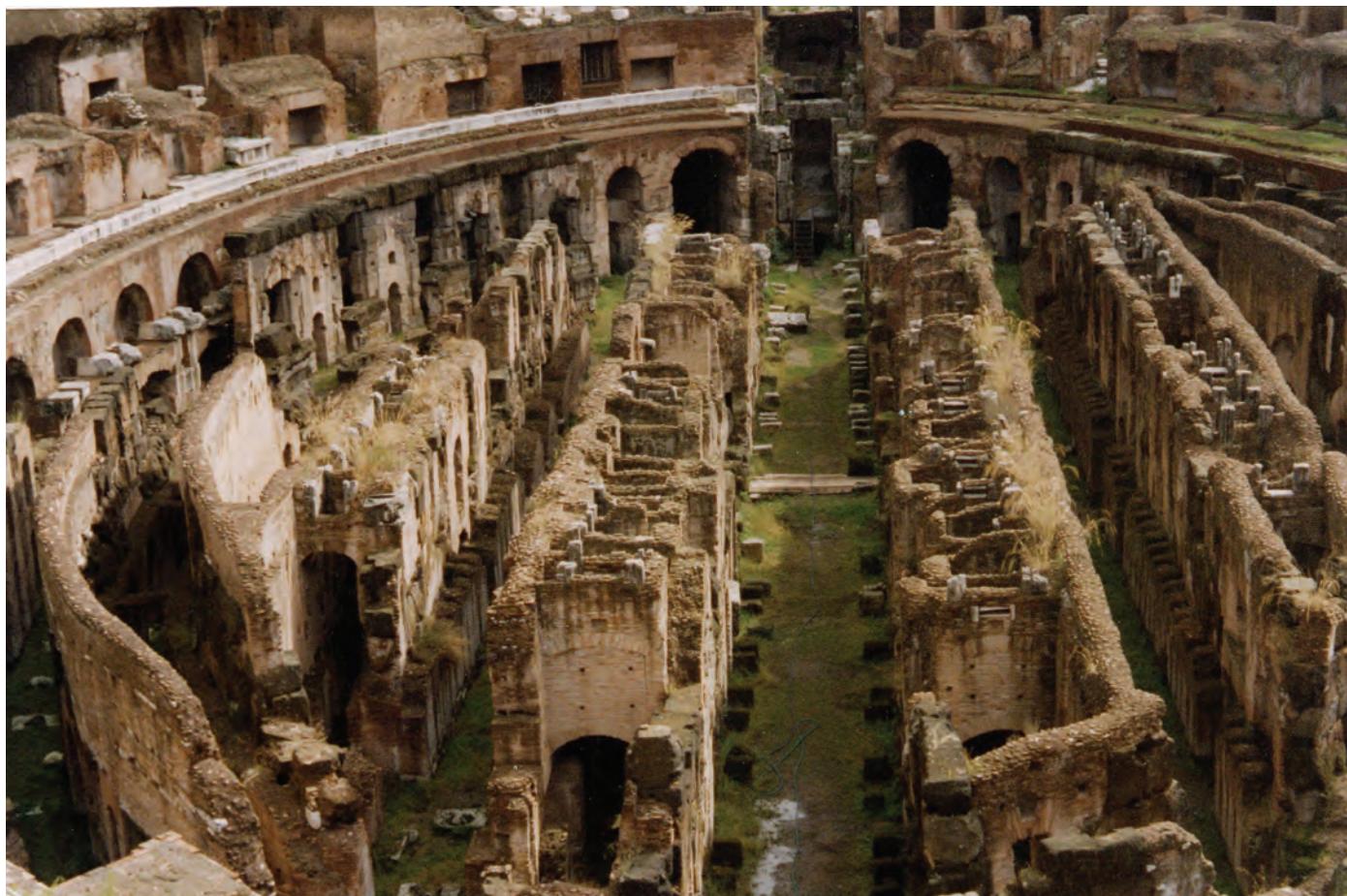
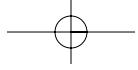


Fig. 3 - Anfiteatro flaviano, Roma. Infraestruturas localizadas sob a arena

dos para o encontro de grandes multidões, o que tornava propício o acontecer de rixas e de confrontos físicos entre facções. Um dos casos que consideramos paradigmático foi o que teve lugar no anfiteatro de Pompeios, em 59 d. C., onde se deu uma verdadeira luta de "hooligans" entre habitantes desta cidade e os de Nucera, a qual custou a vida a vários cidadãos romanos³.

PRINCIPAIS ANFITEATROS EM ROMA

Até finais da República, todos os *mumera* e *venationes* foram efectuados no *forum* romano, entre as duas basílicas: a *Aemilia* e a *Sempronia*. Para que tal fosse possível, instalavam-se bancadas de madeira à

volta de uma arena, que teria, possivelmente, de eixo máximo, cerca de 75m.

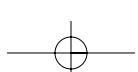
Foi em época augusta, mais precisamente no ano de 29 a. C., que se construiu em Roma o primeiro anfiteatro fixo, embora de pequenas dimensões. Localizado a sul do Campo de Marte, a expensas de um dos homens poderosos e grande amigo do *Princeps*, *Statilius Taurus*, o qual vem a arder no grande incêndio da *Urbs* em 64 d. C..

Na política de Nero de reconstrução da cidade, o anfiteatro de *Statilius Taurus* foi substituído por um "anfiteatro de madeira construído y levantado en menos de un año en el mismo Campo de Marte "⁴.

Com o início da dinastia flávia,

Roma conheceu a construção mais imponente dessa época e que ainda hoje funciona como o seu verdadeiro ex-líbris: O Anfiteatro Flávio "O Coliseu" (figs. 3 e 4). Este edifício colossal, em pedra, começou a ser construído por Vespasiano em 71 ou 72 d. C. e os trabalhos terminaram só em 80, durante o principado do seu filho Tito.

Possuía dimensões pouco vistas até então: uma altura da fachada de próximo de 50m, apoiada num alicerce de 9m de profundidade; uma arena de 79,35 por 47,20m, de forma elíptica, que era impermeabilizada a fim de se poderem realizar batalhas navais; quatro andares; 80 arcadas (fig. 5) que facilitavam o acesso aos espectadores, que podem ser calcu-



ASSOCIADOS GECoRPA

 <p>BRERA CONSTRUÇÕES</p> <p>Brera Sociedade de Construções e Representações, Ld.^a Construção, conservação reabilitação de edifícios.</p>	 <p>CBC Construções Borges & Cantante, Lda</p> <p>Construções Borges & Cantante, Lda.^a Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.</p>	 <p>COPC Construção Civil, Lda.</p> <p>COPC Construção Civil, Lda.^a Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas. Recuperação e consolidação estrutural.</p>	 <p>Cruzeta ESCALUTURA E CANTARIAS RESTAURACIÓN, Lda.</p> <p>Cruzeta Escultura e Cantarias, Restauro, Lda.^a Conservação e reabilitação de construções antigas. Limpeza e restauro de cantarias, alvenarias e estruturas.</p>
 <p>CVF Construtora de Vila Franca, Lda.^a Conservação de rebocos e estuques. Consolidação estrutural. Carpintarias. Reparação de coberturas.</p>	 <p>GECOLIX GABINETE DE ESTUDOS E CONSTRUÇÕES, LDA.</p> <p>GECOLIX Gabinete de Estudos e Construções, Lda.^a Conservação e restaura do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.</p>	 <p>L.N. RIBEIRO CONSTRUÇÕES Lda</p> <p>L.N. Ribeiro Construções, Lda.^a Construção e reabilitação. Construção para venda.</p>	 <p>Listorres CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS</p> <p>Listorres Construção Civil e Obras Públicas, S.A. Construção e reabilitação de edifícios.</p>
 <p>Edifer Reabilitação</p> <p>Edifer Reabilitação, S. A. Construção, conservação e reabilitação de edifícios.</p>	 <p>MIU MIU</p> <p>MIU Gabinete Técnico de Engenharia, Lda.^a Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Conservação e reabilitação de património arquitectónico. Conservação de rebocos e estuques e pinturas.</p>	 <p>Monumenta Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.</p> <p>Monumenta Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.^a Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.</p>	 <p>NAESTEIRA SOCIEDADE DE URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES, LDA.</p> <p>NaEsteira Sociedade de Urbanização e Construções, Lda.^a Conservação e restauro do PA. Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.</p>
 <p>POLIOBRA Construções Civis, Lda.</p> <p>Poliorba Construções Civis, Lda.^a Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.</p>	 <p>Quinagre construções, s.a.</p> <p>Quinagre Construções, S. A. Construção de edifícios. Reabilitação. Consolidação estrutural.</p>	 <p>JOSÉ MOREIRA</p> <p>Sociedade de Construções José Moreira, Lda.^a Execução de trabalhos especializados na área do património construído e instalações especiais.</p>	 <p>Sofranda Empresa de Construção Civil, S. A.</p> <p>Sofranda Empresa de Construção Civil, S. A. Conservação e restauro do PA. Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.</p>
 <p>SOMAFRE CONSTRUÇÕES</p> <p>Somafre Construções, Lda.^a Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.</p>	 <p>STAP Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.</p> <p>STAP Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A. Reabilitação de estruturas de betão. Consolidação de fundações. Consolidação estrutural.</p>	 <p>Tecnasol FGE Fundações e Geotecnia, S.A.</p> <p>Tecnasol FGE Fundações e Geotecnia, S. A. Fundações e Geotecnia. Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.</p>	

GRUPO IV

Fabrico e/ou
distribuição
de produtos
e materiais



BLAU Comércio de Produtos e Serviços para Construção Civil, Lda.^a
Distribuição de produtos e materiais vocacionados para o Património Arquitectónico e Construções Antigas.



BLEU LINE Conservação e Restauro de Obras de Arte, Lda.^a
Materiais para intervenções de conservação e restauro em construções antigas. Conservação de cantarias.



Onduline
ROOF SYSTEMS
SUB-TELHA • PAINEL SANDWICH

ONDULINE Materiais de Construção, S. A.
Produção e comercialização de materiais para construção .



Tintas Robbialac, S. A.
Produção e comercialização de produtos de base inorgânica para aplicações não estruturais.



tecno crete
Materiais e Tecnologias para a Reabilitação Estrutural, Lda.

Tecnocrete Materiais e Tecnologias para a Reabilitação Estrutural, Lda.^a
Produção e comercialização de materiais para a reabilitação.

Para mais informações acerca dos associados GECoRPA, das suas actividades e dos seus contactos,
visite a rubrica associados no nosso site www.gecorpa.pt

Traga um Novo Associado!



10
1997-2007
anos
G.E.Co.R.P.A.



A representatividade e a actuação do GECoRPA assenta nos seus Associados.

Non basta que sejamos bons, é preciso que sejamos muitos! bons, muitos!

O GECoRPA pretende agregar empresas de conservação, restauro e reabilitação do património construído. Não só da construção, mas também do projecto, consultoria, instalações especiais...

Associe-se ao GECoRPA, ou, no caso de já pertencer ao nosso Grémio, traga um novo associado e contribua para o fortalecimento desta associação empresarial.

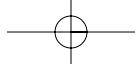
Tel.: 213 542 336

Fax: 213 157 996

www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Pela Excelência na Conservação e na Reabilitação do Património Construído



Reabilitação do parque habitacional público O papel das cooperativas

O parque habitacional público, quer do Estado, quer de propriedade municipal, tem hoje uma enorme dimensão, em resultado da construção, ao longo de décadas, de empreendimentos de habitação social.

Esta massa de edifícios, espalhada por todo o país, vem colocando exigências de manutenção a que as diferentes entidades não têm podido ou sabido dar resposta. É por isso que muitos bairros, para além de frequentes problemas resultantes de deficiente inserção urbana, apresentam hoje graves situações de degradação ao nível dos edifícios.

Que a percepção deste problema não é de agora, atesta-o o facto de, após o 25 de Abril, quando foi criado o Instituto Nacional de Habitação, ter aparecido pouco depois o IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado. Procurava-se, já nessa altura, que a grande quantidade de fogos existentes passasse para as mãos de municípios ou outras entidades, e até para os próprios moradores, endossando assim as responsabilidades da respectiva conservação.

Foi neste quadro que uma parte dessas habitações foi sendo alienada, mas a um ritmo claramente insuficiente face às necessidades e expectativas. O mesmo aconteceu com os edifícios construídos pelas Caixas de Previdência, que foram sendo vendidos aos arrendatários, fogo-a-fogo, sucedendo que, na maioria deles, existem ainda fracções na posse do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Com o intuito de acelerar este processo, a lei n.º 107-8 de 2003 regulamentou a alienação do património habita-



Fernando Guerra / Arquitectura e Vida

Bairro da Bouça, Porto/reabilitação e completamento
Cooperativa Águas Férreas
Arquitectos Álvaro Siza e António Madureira

cional do Estado para os Municípios. No entanto perante o facto de, em muitos casos, estes os terem rejeitado nas condições propostas, foi mais tarde facultada a respectiva transferência para outras entidades, nomeadamente IPSS, fundações e Misericórdias. Este processo tem-se desenrolado entretanto com muita morosidade e foi manchado com a polémica atribuição de um bairro social de Lisboa a uma fundação que fez aumentar as rendas de forma brutal, provocando a revolta dos moradores.

É precisamente no sentido de evitar erros e injustiças que o movimento cooperativo vem afirmando a sua capacidade, como parceiro do Poder Central e Local, na alienação do património habitacional público. Nesta perspectiva, uma comunicação apre-

sentada ao recente VIII Congresso Nacional da FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica), é reveladora da vocação específica deste sector da economia social para levar avante o complexo processo de reabilitação que não pode esperar mais.

Trata-se de experiências iniciadas em três bairros de habitação social (Leiria, Salvaterra de Magos e Nisa), em que a metodologia de intervenção assentou em dois eixos fundamentais: contacto permanente com os moradores e utilização de um programa informático específico para cálculo e controlo das rendas. Estas experiências, promovidas pela cooperativa de habitação NHC e relatadas na revista "Habitar Hoje", criaram expectativas muito favoráveis quanto ao desenvolvimento desse trabalho a nível da reabilitação social e física dos bairros envolvidos.

Assistindo-se neste momento a uma profunda revisão legislativa no campo da habitação social, com a redefinição do programa Prohabita e a criação de novos instrumentos, como o Proreabilita e a Porta 65, é de esperar que sejam aproveitadas as virtualidades específicas do movimento cooperativo também no campo da reabilitação. Na verdade, as cooperativas de habitação, como foi exuberantemente demonstrado no referido Congresso, têm-se pautado por um desempenho nos últimos anos que augura as melhores expectativas para o futuro. É neste sentido que todas as sinergias possíveis devem ser potencializadas.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto

Pedra & Cal

Revista da Conservação do Património Arquitectónico
e da Reabilitação do Edificado

Ano IX - N.º 33 Janeiro/Fevereiro/Março 2007 - Publicação Trimestral - Preço € 4,48 (IVA incluído)



Património e Espectáculo

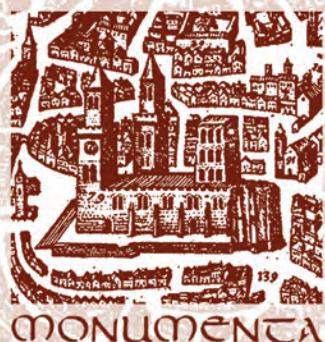
Reconstruir a Ópera do Tejo

*Salvar e recuperar o Capitólio
Teatro Romano de Lisboa*

Registros do efémero



Património Arquitectónico e Construções Antigas. Só.



Sendo o património obra dos antigos construtores, são os construtores de hoje, organizados em empresas devidamente estruturadas, quem está melhor posicionado para realizar, em obra, as intervenções necessárias para a sua conservação e restauro.

Estas actividades não podem, no entanto, ser abordadas pelos métodos actualmente vulgarizados da Construção Civil e Obras Públicas, antes fazem apelo a um conjunto específico de disciplinas e a uma postura substancialmente diferente, envolvendo maior contenção, rigor e responsabilidade.

Declaração de princípios
do **GECORPA**,
Janeiro de 1998

Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.
Alvará de Construção N.º 28883
Rua Pedro Nunes, 27 - 1.º Dto. • 1050-170 Lisboa • Tel.: 213 593 361 • Fax: 213 153 659
info@monumenta.pt • www.monumenta.pt



Legenda (de cima para baixo):
Fachada da Igreja de Brotas após intervenção;
Aplicação da técnica de *facing* no conjunto azulejar de revestimento da Igreja de Brotas; Pormenor do embrechamento de pedra vulcânica e quartzito das “Portas de Coimbra”, Buçaco; Reforço de coberturas de madeira do mercado da Mina de São Domingos; Recuperação e manutenção da Ponte de Vila Formosa.

GRUPO



CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO - RESTAURO - RECONSTRUÇÃO - REMODELAÇÃO

Trabalhando na reabilitação há cerca de 20 anos, somos uma empresa dinâmica, essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil, que tem ao seu serviço, pessoal fortemente profissionalizado e com larga experiência no sector, procurando em todas as suas intervenções, um novo conceito de prestação de serviços.

Temos como lema a rapidez, aliada ao rigor na qualidade de execução, respeitando o cumprimento de prazos e disponibilizando-nos em horários e trabalho flexíveis. A rentabilização e controle dos custos de estrutura, proporciona baixo custo de produção, tornando a nossa empresa bastante competitiva.

Com sede no Centro de Lisboa e estaleiro Central em Loures, estamos aptos para resolver prontamente qualquer tipo de actividade no âmbito da construção civil.

A experiência do grupo na construção abrange desde a área da reabilitação e restauro como construção de habitação de qualidade, obras industriais, comércio e serviços.

1. EMBAIXADA DO LUXEMBURGO
2. EMBAIXADA DA SUIÇA
3. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA RUA ALEXANDRE SÁ PINTO
4. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA CALÇADA DA ESTRELA
5. EDIFÍCIO DE COMÉRCIO NA AVENIDA DA LIBERDADE
6. CAPELA NA BASE AÉREA N°1 - SINTRA
7. EMBAIXADA DA ALEMANHA
8. EPCOS COMPONENTES ELECTRÓNICOS - ÉVORA
9. MERCEDES-BENZ - SINTRA



1



2



3



4



5



6



7



9



8

Somafre Construções, Lda.

Rua Manuel Rodrigues da Silva, 7C, Escritório 6, 1600-503 Lisboa
Telf: 217112370 Fax: 217112389 email: mail@somafrer.pt www.somafrer.pt

10 bons motivos para a sua empresa se associar ao GECoRPA

1 EXPERIÊNCIA

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector. Ambiente favorável à excelência.

2 REPRESENTATIVIDADE

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.

3 PUBLICAÇÕES

Revista *Pedra & Cal*. Desconto nas publicações vendidas na *Livraria Virtual* (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).



4 PUBLICIDADE E MARKETING

O GECoRPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista *Pedra & Cal*, até aos seminários e certames onde participa. Condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal*. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de merchandising.



5 INFORMAÇÃO

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.



GECoRPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico www.gecorpa.pt

6 GESTÃO DA QUALIDADE

O GECoRPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

7 CONCORRÊNCIA LEAL

O GECoRPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.

8 REFERÊNCIA

Muitos donos de obra procuram junto do GECoRPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECoRPA constitui, desde logo, uma boa referência.

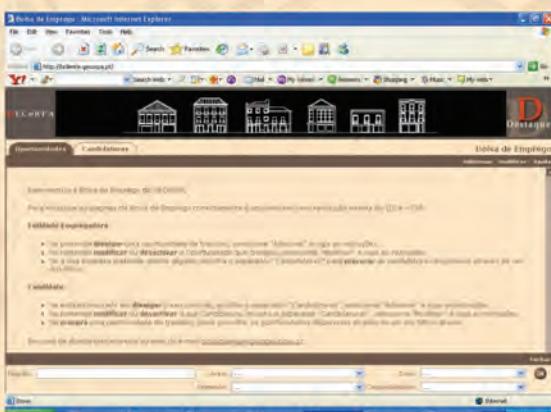
9 FORMAÇÃO

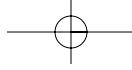
Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.



10 PRESENÇA NA INTERNET

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego *on-line* dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.





EM ANÁLISE

Tema de Capa

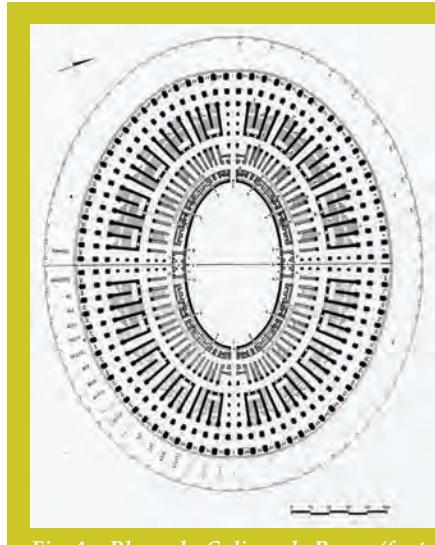


Fig. 4 - Plano do Coliseu de Roma (fonte Bomgardner, 2002)

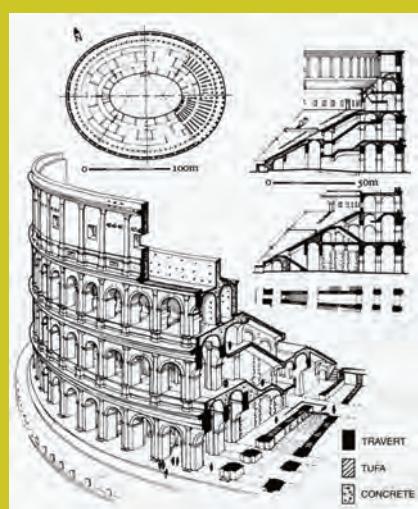


Fig. 5 - Cortes do Coliseu de Roma (fonte Bomgardner, 2002)

lados, hoje em dia, entre os 50.000 e os 73.000⁵.

Toda a monumentalidade deste edifício foi aproveitada para propaganda da política imperial, desde tempos flávios até cerca dos meados do séc. III, por meio da cunhagem de diversos tipos de moeda.

Assim, e com o fim de comemorar a inauguração deste monumento, foi cunhado, durante o principado de Tito, mais precisamente durante o seu oitavo consulado, ano de 80 d. C., um sestércio que apresenta, no seu reverso, uma imagem do anfiteatro desenhado como um edifício com quatro "andares", três dos quais com arcarias, sendo esta vista obtida pelo exterior, enquanto que numa perspectiva focada para o interior se definem filas de bancadas, sem que, no entanto, se possa observar a arena⁶.

Só mais tarde, já no segundo quartel do séc. III, no ano de 223, é que a propaganda imperial se aproveita, mais uma vez, deste monumento, para, num áureo de Severos Alexandre⁷, publicitar as obras de restauração e a reabertura do mesmo. Sa-

be-se que o Anfiteatro Flávio sofreu, em 217, aquando de uma tempestade acompanhada de uma terrível trovoada, pesados estragos, sendo, portanto, necessário encerrá-lo por longo período de tempo. Embora as obras de recuperação tivessem começado de imediato, ou seja, durante o principado de Heliogábalo,

só terminaram muito mais tarde, no tempo de Gordiano III, possivelmente entre 241 e 244, ocasião que foi logo aproveitada por este imperador para mandar cunhar medalhões a celebrar o evento.

Não podemos terminar esta nossa curta exposição sobre estes monumentos sem referir o *Amphitheatum Castrense*, que foi construído no primeiro quartel do séc. III d. C., durante os tempos de Heliogábalo. Não passando de uma dependência do palácio imperial, tinha uma fachada construída em tijolo que, na sua simplicidade, demonstra o caminho para uma evolução arquitectónica a qual faz com que Pierre Gros afirme ter-se tornado, este monumento "o lugar privilegiado onde se manifesta simbolicamente a coerência da *Orbis Romanus*".

PRINCIPAIS ANFITEATROS NA HISPANIA

Na Hispania, o gosto pelos espectáculos de anfiteatro está bem presente através de um conjunto de monumentos que passaremos a indicar,

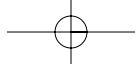
Zonas de lugares no anfiteatro	Capacidade de lugares (estimativa)	Obtenção de lugares por classes sociais	Número de lugares para a Irmandade Arval ³
PODIVM <i>Orchestra/Tribunalis</i>	2190	Senadores e convidados especiais	—
CAVEA <i>Ima</i>			
	11680	Ordem equestre	32
	20430	Cidadãos romanos ¹	16
	10100	Resto da população ²	-
	10300	Mulheres de alta sociedade e filhas	44
Total	54700	-	92

Quadro 1 - O Coliseu de Roma (dados obtidos a partir das estimativas apresentadas em Bomgardner, The Story of the Roman Amphitheater, 2002)

1- Incluía, entre outros, homens casados, soldados, menores com os seus tutores (com zonas reservadas)

2- Pobres, libertos não abastados, escravos

3- Estimativas a partir de Bomgardner



EM ANÁLISE

Tema de Capa



Fig. 6 - Vista aérea do Teatro e Anfiteatro de Augusta Emerita

por divisões administrativas romanas, para os inícios do Império. Com cronologias que oscilam entre meados do séc. I d. C., e os inícios do II, encontramos, na província da Tarraconense, embora em ruína, os anfiteatros de Ampurias, Cartago Nova, Segóbriga, e Tarraco. A estes é de acrescentar o situado na capital do *conventus bracaraugustanus* (Braga), que embora não tenha sido escavado, é já referenciado em escritos do séc. XVII e localizado no sítio da antiga igreja de S. Pedro de Maximinos⁸. A província da Bética encontrava-se, possivelmente, equipada com cinco anfiteatros. Assim, Córdoba, que era a capital, tinha um anfiteatro que, contrariamente aos das restantes cidades béticas, tinha sido construído intramuros. Essas outras cidades, Astigi, Carmo, Gades e Itá-

lica, não nos fornecem dados seguros, arqueologicamente falando, acerca da cronologia das suas fundações, excepção feita ao anfiteatro de Itálica, que foi construído em época de Adriano.

Finalmente para a Lusitânia, é o anfiteatro da capital, *Augusta Emerita*, o mais bem conservado, motivo que permite determinar a sua capacidade em cerca de 20.225 espectadores (fig. 6), e Capara que, entre os seus monumentos dedicados ao ócio, tinha um anfiteatro. Ficava localizado extramuros e parece ter sido de fundação flávia ou, quiçá, dos inícios do séc. II.

No actual território português inserido na Lusitânia romana conhecemos, até ao momento, poucos monumentos deste tipo. No entanto foram escavados os seguintes: na Bobadela, concelho de Oliveira do Hospital, foi descoberto um pequeno anfiteatro, nos finais da década de 80 do passado século, por uma equipa de arqueólogos coordenada por Helena Frade e José Carlos Caetano⁹ (fig. 7); Conimbriga, Condeixa-a-Velha, a pouca distância da cidade de Coimbra, cidade que conheceu um forte desenvolvimento urbanístico em época romana, estava equipada com um anfiteatro, o qual foi construído intramuros. Quanto às cronologias

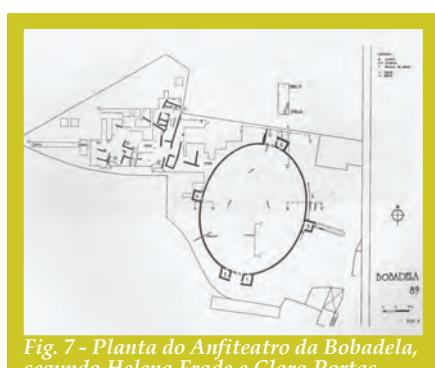


Fig. 7 - Planta do Anfiteatro da Bobadela, segundo Helena Frade e Clara Portas

da sua fundação e destruição, recorremos ao estudo que conclui, em 1992: " parece correcta a datação júlio-cláudia já apontada por Golvin, sendo talvez de a precisar no período Cláudio-Nero "¹⁰, quanto à primeira e " podendo ser atribuída dos últimos anos do séc. III ao segundo quartel do séc. IV " quanto à segunda. Certamente que a cidade de Olisipo, também deveria possuir o seu anfiteatro mas, até ao momento, ainda não foi descoberta a sua localização.

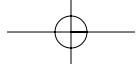
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ⁽¹⁾ Tradução livre da definição de Pierre GROS em *L'Architecture Romaine, 1. Les monuments publics*. Paris: Picard, 1996.
- ⁽²⁾ Para a distribuição dos cidadãos ver quadro 1.
- ⁽³⁾ O resultado final deste incidente sanguinolento foi a interdição por 10 anos de combates de gladiadores em Pompeios. Esta interdição do Senado parece ter sido levantada, um pouco mais cedo, no ano de 65, pelo próprio Imperador Nero.
- ⁽⁴⁾ RAMALLO ASENCIO, Sebastián - Teatros, Anfiteatros, Circos y otros espacios para el espectáculo en Roma. In *Roma Monumental. Complejos arquitectónicos de la capital del Imperio. II Ciclo Internacional de Conferencias*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2005 (policopiado).
- ⁽⁵⁾ Quadro 1. Para um estudo mais pormenorizado, ver Gros, obra citada, p. 328-333.
- ⁽⁶⁾ RIC, p. 129, n.º 110; Plate IV, n.º 60.
- ⁽⁷⁾ SEAR, David - *ROMAN COINS and their values*. Londres: Spink, Volume II, 2002, p. 640, 641 n.º 7825.
- ⁽⁸⁾ MORAIS, Rui - Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*. Forum. 2001. Braga. 30, p. 55-76.
- ⁽⁹⁾ FRADE, Helena; CAETANO, José C.; PORTAS, Clara; MADEIRA, José - Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela. Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. XXXV - Fasc. 4. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1995.
- ⁽¹⁰⁾ CORREIA, Virgilio, in ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J.; ENRÍQUEZ NAVASCUÉS; et alii - *Bimilenario del Anfiteatro Romano de Mérida*. Coloquio Internacional. *El Anfiteatro en la Hispania Romana*. Mérida, 26-28 de Noviembre 1992. Badajoz: Junta de Extremadura. Consejería de Cultura y Patrimonio, 1994, p. 337.

NOTA

Este artigo faz parte integrante, embora com alterações, de uma comunicação apresentada em Torres Vedras, em 2005, com o título "Os *Ludi Romani* (Teatros, Anfiteatros e Circos)".

EURICO SEPÚLVEDA,
Arqueólogo



ESTUDO DE CASO

Tema de Capa

O Anfiteatro de Conimbriga Monumento de espectáculo numa cidade lusitana



Fig. 1 - Planta de Conimbriga, com a localização e estruturas do anfiteatro

O anfiteatro de Conimbriga, o grande monumento da cidade romana que está ainda por estudar (Correia 1997, 1999), requer hoje em dia especial atenção, do ponto de vista da investigação e particularmente do ponto de vista da gestão urbana, pois fica fora da área de propriedade do Estado.

Conhecido desde os anos quarenta (Golvin 1988), mas nem sempre correctamente identificado, é um dos elementos mais desafiantes da actu-

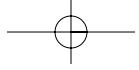
al investigação arqueológica na cidade.

IMPLEMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO

O vale de Condeixa-a-Velha delimita, a norte, o esporão onde se situa o núcleo da cidade, sendo formado por parte do "canhão" do Rio dos Mouros, formação fluvio-cárstica relativamente recente (Riss-Würm ?; Cunha 1990, 212) que cortou a formação conhecida como "Tufos de Condeixa", formação calcária qua-

ternária que constitui o substrato geológico da área. De paredes muito abruptas, entre outras razões pela sua relativa juventude, este canhão, parcialmente integrado no perímetro da muralha augustana, constitui um "contentor" natural para o anfiteatro, cujas *caveae* evitaram assim os trabalhos mais vultuosos de uma construção exenta.

A sua posição no urbanismo de Conimbriga é simultaneamente excêntrica e fulcral. Excêntrica



ESTUDO DE CASO

Tema de Capa



Fig. 2 - Condeixa-a-Velha. Entrada Oeste do anfiteatro de Conimbriga



Fig. 3 - Entrada Noroeste do anfiteatro, com porta de acesso às escadarias laterais

porque o anfiteatro se situa praticamente no limite da cidade, mas central pela malha de ruas que aparentemente centraliza e que, negociano importantes declives, o ligam ao *forum* e às ruas mais centrais e, certamente, à porta que no fundo do vale rasgava a muralha, que se localizaria assim a escassas dezenas de metros das entradas oeste do monumento e quase axialmente disposta relativamente a ele (Alarcão e Etienne 1977, fig. 1).

No eixo do vale de Condeixa conservam-se os vestígios mais sólidos do anfiteatro (Correia 1994, fig. 2). A parte principal das estruturas que se conhece constitui a base de um edifício da aldeia de Condeixa-a-Velha, e apresenta-se como um conjunto de três profundos espaços abobadados, onde o traçado angular dos muros dita o perfil fusiforme das abóbadas cujo desvio relativamente à horizontal é da ordem dos 6 por cento. De maior vão, a abóbada central; as laterais, simétricas, são rasgadas na parede que suportaria o enchimento do anfiteatro, pelo que é necessário interpretar como acessos a escadas. A estreita abertura no aparelho é fechada por um lintel de

padieira, reforçado por um arco adintelado em tijolo.

Utilizou-se para a construção dos muros do anfiteatro um pequeno aparelho de pedra calcária (a "pedra de Alcabideque"), relativamente regular, classificável sem hesitação como "*opus vittatum*" (Adam 1989). Sobre este aparelho assentam as abóbadas, construídas com recurso à utilização de cofragens (restam os orifícios onde se encastraram as traves que as suportaram) sobre as quais foram colocadas, de cutelo, as pedras calcárias, relativamente pouco espessas, que formam a estrutura. O fecho da abóbada é garantido por pedras de maior dimensão. O corrimento posterior das argamasas, relativamente liquefeitas, deixou a espaços, os negativos das pranchas das cofragens; apenas vestigial nas entradas oeste, expostas há mais tempo e degradadas, este fenómeno pôde ser verificado na abóbada que se mantém soterrada, a Este.

AS CARACTERÍSTICAS DO MONUMENTO

Comecemos pela parte fundamental do monumento, a arena. Uma elipse de 70 por 36 metros define a sua

área máxima possível, a sua estrutura da arena é, no entanto, desconhecida, tendo as sondagens dos anos 90 estimado em mais de quatro metros a profundidade a que é necessário escavar para completa exposição das suas estruturas.

O plano da base do monumento completava-se com as entradas axiais, dissimétricas.

A oeste temos três abóbadas de perfil fusiforme com gradientes entre os 6 por cento (a central) e 7 por cento (as laterais), cobrindo uma extensão da ordem dos 14m (medidos no eixo da arcada central), enquanto a leste as abóbadas de berço, cujo vão é idêntico ao maior vão das opostas, cobrem um espaço bastante menor (cerca de 7m).

Esta dissimetria corresponde, sem dúvida, a uma diferente estruturação dos acessos, feitos em direcção à *ima cavea* por oeste e em direcção à *media cavea* por leste. Dos dois lados, no entanto, outros acessos, feitos provavelmente por escadas, levariam os espectadores a outros *cunei* (fig. 3).

As estruturas detectadas na zona alta da cidade levantam um problema de tipologia arquitectural. Uma

